



ÍROHIN

Brasília, ano X, nº 8,
dez./jan. 2004-2005

ABDIAS
NASCIMENTO

90 ANOS
MEMÓRIA VIVA

Foto: Divulgação

Sucesso no Rio, exposição
sobre a vida e a obra de
Abdias seguirá para São
Paulo, Salvador e Brasília

Pág. 26



Terreiros protestam
contra intolerância
religiosa em Salvador

Pág. 10

Sueli Carneiro comenta entrevista
de Chico Buarque à Folha de S. Paulo

Pág. 20



Ações afirmativas:
Ana Luíza Flauzina analisa quem é quem
no campo jurídico

Pág. 8

■ ainda COMBATE AO RACISMO NO CONTEXTO INTERNACIONAL, BOLSAS PARA COTISTAS, SITUAÇÃO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NA UnB,
GENOCÍDIO EM ALCÂNTARA, MERCADO DE TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA, PROTAGONISMO DO MOVIMENTO NEGRO, entrevistas e muito mais

Pesquisas, extermínio e omissões

A polêmica causada pela divulgação dos dados da pesquisa do IBGE sobre nutrição e obesidade trouxe uma novidade: a associação, vibrante, estridente, entre levantamento de indicadores sociais e econômicos e formulação adequada de políticas públicas.

A mídia e políticos de oposição destacaram a profundidade e a confiabilidade dos dados colhidos pelo IBGE e exigiram, de pronto, mudanças nas políticas sociais do governo Lula. Imediatamente, "O Globo" online, numa consulta a seus leitores, indagava: "O governo deveria levar em consideração os dados do IBGE em seus programas sociais?"

Nada mal, para um país que coleciona, há décadas, pesquisas macabras sobre desigualdades raciais, sem que nunca se tenha tentado, nem de leve, garantir ao tema um lugar relevante na agenda dos governos.

Manifestemos, pois, nossa alegria pela extraordinária mudança de mentalidade de formadores de opinião, responsável por uma associação inédita entre nós, diríamos até que se trata de uma associação estrategicamente prioritária, entre pesquisas de indicadores sociais e econômicos e políticas públicas.

Só lamentamos que essa vinculação não tenha sido feita dias antes, no mesmo mês de dezembro, quando da divulgação dos dados do relatório do Unicef sobre a situação da infância no mundo. O impacto da violência urbana na infância e na adolescência faz, no Brasil, 14 mil vítimas por ano. Em sua maioria, crianças e jovens negros de 12 a 19 anos, segundo a representante do Unicef, Marie-Pierre Poirier.

Há outros indicadores na pesquisa que contribuem para compor o quadro dramático no qual 27,4 milhões de brasileiros, com idade até 17 anos, vivem na miséria. O que se seguiu à divulgação do relatório do Unicef foi um silêncio constrangedor. Nenhuma estridência, nenhuma cobrança de ação institucional e governamental.

Há um negócio contra o preto, no Brasil. Esta é uma frase do sociólogo Guerreiro Ramos, de saudosa memória. Um troço entranhado, profundo, que quer impedir a todo custo a continuidade da vida dos descendentes daqueles "que criaram a possibilidade de existência do Brasil".

Uma cultura política que recebe esses dados extremos, do extermínio de toda uma geração de jovens

negros, sem tugar nem mugir, está evidentemente impregnada de racismo. E, dessa ótica preconceituosa, entende que os conflitos gerados pelas desigualdades raciais são irreconciliáveis. Não podem ser resolvidos de nenhuma outra forma, só matando.

Não se age contra esse estado de coisas porque não se encontra uma razão que justifique por que os negros devem permanecer vivos. É simples assim.

Nesse contexto, imagine-se o dilema aflitivo, dilacerador, vivido por aqueles que se vêem obrigados a ensaiar algum tipo de ação afirmativa, mas pretende fazê-lo sem a participação dos negros.

A repulsa à dimensão racial, que transtorna, por exemplo, muitas almas sensíveis na universidade, tem íntima relação com a rejeição à convivência com os negros. A reivindicação de natureza racial é uma ameaça de convivência insuportável para essa gente.

Os dados do relatório do Unicef não permitem vacilação. Temos de introduzir no debate sobre políticas públicas a prioridade de assegurarmos, por todos os meios, a continuidade da vida para o povo negro no Brasil.

O Estado é incapaz de

impedir os atos generalizados de violência que produzem 14 mil vítimas por ano? O que o governo Lula entende, afinal, por Segurança Pública? Não há só ineficácia, há omissão e descompromisso.

A paralisia política do Movimento Negro, em parte sacudida pela proposta

da Marcha Zumbi + 10, tem aqui o seu quinhão de responsabilidade. Somos os cordeiros do poema de Enzensberger, nos deitamos no leito preguiçoso da obediência, queremos ser devorados.

Edson Lopes Cardoso.

RACISMO – QUANDO IREMOS REAGIR À ALTURA?

Os irmãos Cristian e Willian Silveira, na manhã do dia 11 de janeiro, em Porto Alegre, foram abordados, pela abordagem policial, de ter acesso ao local onde fariam uma prova do vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Preocupados com o horário, aproximavam-se correndo do portão de uma escola estadual. Outros estudantes brancos também corriam em direção ao portão da escola, pelas mesmas razões. Os estudantes negros, por serem negros, foram considerados suspeitos, abordados por um policial de arma em punho e surdo às alegações dos jovens de que eram vestibulandos e que precisavam entrar na escola. Os irmãos Silveira só foram liberados após o fechamento dos portões e estão eliminados do concurso vestibular, no qual concorriam a uma vaga no curso de Engenharia Mecânica. Poderiam estar mortos, se fosse à noite. Se os corpos fossem encontrados, o boletim de ocorrência registraria "mortes a esclarecer" ou "encontro de cadáveres", como vem acontecendo em todo o país. Na foto do "Zero Hora", de Paulo Franken, o pai, o engenheiro eletricista Norberto Júnior Silveira, dirige-se com os filhos para prestarem depoimentos sobre a ocorrência registrada na véspera. Quando iremos reagir à altura contra a violência do racismo no Brasil?



irohìn

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 5000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohìn, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohìn: Regina Adami, Lunde Braghini (MT158/93), Diony Soares (MT5299), Ana Flávia Magalhães Pinto, Cláudia Santos, Ana Luiza Flauzina, Wania

Sant'Anna e Mário Theodoro.

Editoração Eletrônica: Formato 9 produção gráfica Ltda.

Impressão: Correio Brasileiro

Site: www.irohìn.org.br (em construção)

e-mail: irohìn@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF

Fone/fax: (61) 447-1729

Apoio: Fundação Ford.



Os primeiros passos do Afro-atitude

Juliana Cêzar Nunes*

Dez universidades vão receber 50 bolsas de estudos para alunos cotistas interessados em atuar no combate às doenças sexualmente transmissíveis

As políticas de ação afirmativa começam a dialogar com a promoção da saúde da população negra. Criado em dezembro de 2004, o Programa Brasil Afro-atitude vai investir cerca de R\$ 1,5 milhão a cada doze meses em bolsas para universitários cotistas participarem de projetos de pesquisa, prevenção e ensino. O valor da bolsa – R\$ 241,51 – é semelhante ao pago por órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os custos serão pagos pelo Programa Nacional DST/Aids, do Ministério da Saúde.

"Apenas as dez universidades (federais e estaduais) que adotaram ações afirmativas vão participar do programa nesse primeiro momento. Cada universidade terá 50 bolsas. O coordenador do projeto também receberá uma bolsa de R\$ 600", explica Raudo Bonifácio Costa Filho, diretor-adjunto do Programa Nacional DST/Aids.

De acordo com ele, o programa foi discutido durante dois meses por técnicos e comunidade negra para, em seguida, ser divulgado. "Pretendemos entrar no outro viés da política de cotas, o viés que trata da permanência do estudante cotista na universidade. Temos que sair da retórica e ousar sem medo de críticas. A inclusão não pode se limitar à entrada na universidade."

Além de promover a permanência dos cotistas, o Brasil Afro-atitude quer ampliar a abordagem da saúde entre a população afro-descendente. A experiência vai seguir os moldes das ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde com usuários de

drogas, presidiários e profissionais do sexo. A estratégia é promover um "empoderamento" de representantes das populações mais vulneráveis, permitindo que eles produzam e levem conhecimento para grupos afetados pelo problema.

Em um futuro próximo, estudantes negros poderão estar na linha de frente das pesquisas que buscam encontrar a cura para o vírus HIV. Serão eles também que nas comunidades afro-descendentes vão distribuir camisinhas e ministrar palestras nas escolas. Com isso, o diretor-adjunto do DST/Aids nega que o programa esteja querendo ressuscitar o conceito de grupo de risco.

"Os estudos mostram que há, de fato, um tendência de estabilização da epidemia na população branca e

de um crescimento na população negra, associada à pauperização e feminilização da doença", alerta Raudo. "Temos que levar em conta ainda a desvantagem da população negra no acesso aos serviços de saúde, já comprovada em diversas pesquisas."

Projetos

As universidades incluídas no Programa Brasil Afro-atitude tiveram como prazo o dia 15 de janeiro para enviar ao Ministério da Saúde seus planos de ação. O edital do programa orienta os acadêmicos a utilizar as bolsas em pro-



Psicólogo Mário Ângelo coordenará Programa na UnB

jetos de iniciação científica, extensão e ensino. O tema principal a ser tratado são as doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, com abertura para temas transversais.

Na Universidade de Brasília (UnB), o Programa Brasil Afro-atitude será coordenado por um professor que já desenvolve trabalho na área. O psicólogo Mário Ângelo Silva é um dos criadores do Núcleo de Estudos e Ações Multilaterais de Cooperação em Educação e Saúde (Neamces). Os universitários de origem africana recebem orientações no núcleo para desenvolver pesquisa sobre a epidemia da Aids na África e aprendem técnicas de prevenção e tratamento. No retorno ao lar, estão prontos para se transformar em multiplicadores.

"No Afro-atitude, o Neamces vai considerar DST/Aids e temas transversais, como homossexualidade, violência e abuso sexual. Em parceria com o governo local, queremos integrar os universitários cotistas ao programa de saúde e prevenção nas escolas", conta o professor, pioneiro também na criação de um centro de atendimento aos universitários interessados em receber aconselhamento e camisinha. "Com as bolsas para os cotistas, não queremos transformar os alunos negros em mão-de-obra barata. Todos vão passar por um período de formação específico. Queremos preparar esse aluno para ser um futuro pesquisador ou professor."

Até a primeira quinzena de janeiro, Mário Ângelo havia recebido 6 projetos de outros professores interessados em participar do Afro-atitude. Dos 600 alunos que foram aprovados por meio das cotas, 107 pediram vaga no programa. Desses, 103 pertencem ao que a UnB chama de grupo 1 e 2. São alunos da primeira turma de cotista da universidade, com condições sócio-econômicas mais precárias e em vantagem na disputa pelas 50 bolsas. Os escolhidos não serão impedidos de ainda concorrer a bolsas de iniciação científica.

Entre os outros projetos apresentados na UnB está o da equipe do Hospital Universitário de Brasília que desenvolve um projeto de apoio aos soropositivos mais conhecido como Convivência. A ideia do grupo é aprimorar o banco de dados dos pacientes para tornar mais eficiente o monitoramento dos diversos aspectos da doença, do médico ao psicossocial. "Os alunos de qualquer área vão poder participar do projeto, até mesmo aqueles da área de informática", revela uma das coordenadoras do Convivência, professora Eliane Maria Seidl.

No campo das parcerias, a UnB já foi contactada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Na esteira do Afro-atitude, o ministério quer oferecer entre 9 e 17 bolsas para cotistas interessados em participar do Programa Agente Jovem. Nas próprias comunidades, os universitários atuariam como agentes jovens de saúde. O valor da bolsa pularia para um salário mínimo. "No horário contrário às aulas, os universitários, desenvolveriam atividades de liderança comunitária voltada para a área de saúde", explica o técnico do MDS Eduardo de Andrade.

Foto: Juliana Cêzar Nunes

3
X
ATITUDE

A seleção é a parte mais delicada do programa. O único critério imposto pelo governo federal é o de que os universitários beneficiados pelas bolsas sejam cotistas negros. A inclusão de outros critérios delimitadores, como o sócio-econômico, fica a cargo da universidade. Um dos pontos delicados, no entanto, são universidades como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), que inclui no programa de cotas alunos de escolas públicas. Nesse caso, o Ministério da Saúde não aceita adaptações. Para os técnicos, o afastamento do foco racial será mais uma estratégia para camuflar o problema.

A Uerj ainda não decidiu como vai tratar a questão. A palavra final será dada pela comissão que organiza a parceria com o Programa Nacional DST/Aids. A professora da Faculdade de Ciência Médicas, Maria

Helena Ruzany, conta que o esforço será concentrado na conciliação dos critérios raça e renda. "Acho que todos os cotistas poderiam ser candidatos, mas entendo que o projeto tem um foco diferente", reconhece Maria Helena. "A seleção vai levar em conta a carga horária do aluno. Também vamos avaliar se o candidato possui emprego. Já tivemos contato com muitos cotistas que possuem trabalho."

A professora da Uerj foi diretora do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (Nesa). O núcleo - criado há três anos - será um dos locais de atuação dos bolsistas do Afro-atitude. De acordo com ela, todos os universitários serão obrigados a ter noção de pesquisa científica. Quem não prosseguir na área, poderá atuar em uma das 25 comunidades já assistidas pelo Nesa. O foco agora, em vez de ser na juven-

tude, será na população feminina negra. A idéia é formar uma rede de proteção da mulher afro-descendente, permitindo que ela tenha domínio da prevenção, acesso à camisinha e condições de negociar o uso do preservativo.

Outro campo de atuação do Afro-atitude na Uerj será a Faculdade de Enfermagem. Lá, o professor Márcio Tadeu Ribeiro coordena o Centro de Capacitação que prepara universitários para atuar em comunidades e barracões de escola de samba. "Os alunos de qualquer área vão poder disputar uma bolsa para o Centro", avisa o Márcio Tadeu, enfermeiro, mestre em administração escolar e doutor em saúde coletiva. "Queremos trabalhar com ações que envolvam o resgate da saúde e da auto-estima como um todo."

**Jornalista/DF*

Universidades federais e estaduais que participam do Programa Brasil Afro-atitude em 2005

- Universidade de Brasília
- Universidade Federal da Bahia
- Universidade Federal do Paraná
- Universidade Federal de Alagoas
- Universidade Federal de São Paulo
- Universidade Estadual da Bahia
- Universidade Estadual de Londrina
- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
- Universidade Estadual do Rio de Janeiro
- Universidade Estadual de Santa Catarina.

Zumbi + 10: por uma agenda afro-municipal

*Wania Sant'Anna**

São muitos os motivos para, neste início de 2005, mobilizar os governos municipais a assumirem, com ênfase, o combate à discriminação racial e apoio às propostas de promoção da comunidade negra elaboradas por organizações do Movimento Negro. Entre esses motivos temos a decisão de realizar a Marcha Zumbi + 10 e, a médio e longo prazo, o fato de ser necessário que as organizações negras se envolvam ativamente no monitoramento das políticas de caráter social.

Se, como bem demonstra Mário Theodoro, as políticas públicas de caráter social são instrumentos importantes para alcançarmos a diminuição das desigualdades raciais (isso se forem devidamente endereçadas à população afro-descendente), a idéia de elaborar um programa mu-

nicipal e uma Carta compromisso, a ser entregue aos governos municipais recém-empossados, pode se constituir em uma estratégia adequada de visibilidade das organizações negras, da proposta de realização da Marcha e uma demonstração pública, articulada nacionalmente, de que essas organizações estão atentas à implementação de tais políticas sociais.

Algumas situações alarmantes de descaso

1. Os desvios de benefícios sociais para grupos não-necessitados.

2. A utilização eleitoral dos benefícios sociais - com imagens degradantes da população negra acessando esses benefícios.

3. Os casos alarmantes de desvio de recursos públicos ou de sonegação fiscal de grupos políticos e empresariais.

4. O crescimento assustador dos índices de assassinatos de jovens negros.

5. A elevação dos casos de Aids entre a população negra

6. A tendência de maior índice de desemprego entre a população negra.

Os casos de desvios de benefícios sociais para grupos sociais não necessitados e a utilização eleitoral dos benefícios sociais são duas temáticas que servem para uma excelente argumentação do porquê de a população negra, ao fim e ao cabo, permanecer em condições sociais e econômicas degradantes em todo o país, e por que interessa a essas pessoas o monitoramento das políticas sociais.

Finalmente, quanto ao crescimento do número de execuções de



Foto: Carlos Moura

jovens negros, elevação dos casos de Aids e permanência dos altos índices de desemprego entre a população negra adulta, esse quadro de extrema dramaticidade demonstra à exaustão quanto as políticas de segurança pública, saúde e emprego excluem a população negra brasileira.

Enfim, agenda para negociação com governos municipais é ação estratégica de visibilidade e, também, uma consequência da preocupação das organizações negras em relação à coisa pública, no sentido mais republicano da expressão.

** Historiadora e pesquisadora*

Procuradores elaboram e testam plano contra **Racismo no Trabalho**

Em 2005, Ministério Público do Trabalho inovará no combate ao racismo no Trabalho. Plano utilizará estatísticas como meio de prova no Judiciário.

A discriminação nos processos de seleção e na carreira profissional é sempre evidente, para a pessoa discriminada. Mas a maioria desconhece seus direitos de cidadania. Além de acolher denúncias concretas e específicas, contra empresas, o Ministério Público do Trabalho desenvolve novo instrumento para embasar combate à discriminação, em empresas de médio e grande porte, especialmente. O teste-piloto já está em andamento, sendo aplicado a bancos privados do Distrito Federal. Em entrevista ao *Jornal Ìrohìn*, Sandra Lia Simón, Procuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho, e Otávio Brito Lopes, Vice-Procurador Geral, e responsável pela Coordenadoria Nacional para Eliminação da Discriminação e Promoção de Igualdade de Oportunidades no Trabalho, dão notícia do destino e do efeito das 28 denúncias de discriminação no trabalho apresentadas em novembro de 2003, pela Federação Nacional de Advogados (FeNAdv) e pelo Instituto de Advocacia Racial e Ambiental; explicam o mecanismo de funcionamento do Ministério Público; e esmiúçam o plano de combate à discriminação de gênero e raça no trabalho, que será lançado em março de 2005.

Ìrohìn: O que muda, com essas 28 representações que foram encaminhadas pelo IARA nos estados, em termos do relacionamento do Ministério Público com o mercado de trabalho, com empresas, no que diz respeito ao combate às desigualdades raciais? Que importância teve essa iniciativa?

Dr^a Sandra Lia: Essas representações foram muito importantes porque a partir delas se iniciou uma agenda de trabalho com entidades representativas do Movimento Negro que estão preocupadas exatamente com essa questão da discriminação racial nas relações de trabalho. Mas são muito genéricas. Todos nós sabemos que há discriminação em relação aos negros. Mas nós precisamos, para o Ministério Público atuar, de dados concretos.

Ìrohìn: O que seriam esses dados concretos?

Dr^a Sandra Lia: As empresas e o número de trabalhadores brancos e negros que elas têm, por exemplo. Precisamos dos nomes de empresas específicas. No caso destas representações que vocês mencionaram, as entidades do movimento

negro apontaram depois algumas empresas. Por exemplo, a Renault, no Paraná; a Schincariol, em São Paulo; o Banco de Boston, no interior do estado de São Paulo; a Fiat, se não me engano, em Minas. São procedimentos que estão caminhando.



Os colegas estão vendo exatamente isso. Cada procurador do Trabalho que preside esta investigação está colhendo elementos probatórios para verificar, provar, se há discriminação.

Ìrohìn: Como é feita a investigação do Ministério Público?

Dr^a Sandra Lia: Quando o Ministério Público recebe uma denúncia, ele tem uma empresa para investigar. A investigação, então, é assim: nós chamamos a empresa; verificamos se a empresa está de fato descumprindo a lei. Como verificamos se a empresa está descumprindo a lei? Depende. Às vezes, com re-

quisição de documentos. Às vezes, com a nossa ida até a empresa, para verificar. Às vezes, com laudos. Às vezes com fiscalização do Ministério do Trabalho, feita por solicitação nossa. Depende do caso. Nós temos que nos vencer da existência da fraude,

daquela lesão. Às vezes, nós recebemos denúncias falsas, aí a gente a arquiva. A partir do momento em que nós apuramos a fraude, apuramos a lesão, nós chamamos a

empresa para que ela tenha a possibilidade de adequação à lei, que é um instrumento jurídico muito importante, chamado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que é um compromisso, com prazos e punições, que a empresa assume, perante o Ministério Público do Trabalho, de fazer cumprir a legislação. Se ela não cumprir, a gente entra na Justiça do Trabalho para ela cumprir esse TAC. Se ela não quis assinar o TAC, nós entramos com uma ação, na Justiça do Trabalho para pedir, perante o Juiz do Trabalho, exatamente o que a gente queria que a empresa fizesse no TAC. A

nossa investigação é essa. Mas para nossa investigação, nós precisamos pontuar a nossa atuação. Nossa atuação precisa ser pontual.

Mas, pra nós, Ministério Público, o que vai ser muito mais importante e muito mais efetivo, é o projeto que nós vamos lançar, em março de 2005, cujo coordenador é o Dr. Otávio. Porque, aí, nós já estamos fazendo uma pesquisa específica, pra ingressar com algumas ações judiciais.

Ìrohìn: Como vocês estão chamando este Plano?

Dr^o Otávio: Não temos um nome, ainda. É um Plano de combate à discriminação de gênero e raça no trabalho. Nosso objetivo é combater a discriminação no acesso ao trabalho e a discriminação dentro da própria empresa, em relação àqueles que já tiveram a oportunidade de acessar o emprego.

Ìrohìn: Promoção, salário, cargos de chefia...

Dr^o Otávio: Exatamente. E envolve gênero e raça, porque o problema do emprego hoje – e a gente verifica até pelas estatísticas – tem essas duas vertentes: racial e de gênero. Quando junta as duas fica pior ainda. Para as mulheres negras a situação é muito mais crítica. Há uma grande consciência da discriminação hoje em relação a emprego. Ob-

viamente, que também em relação à discriminação em outros setores. Mas o que nos interessa é esse. Qual é a dificuldade? É que essa discriminação é praticada pela sociedade como um todo. Eu não tenho como fazer a sociedade ir pro banco dos réus. Eu tenho que indicar setores, mais especificamente, empresas.

Aí eu já entro num outro problema difícil: eu tenho que provar que houve a discriminação, porque ninguém o confessa. É uma coisa difícil de provar. Os precedentes que nós temos na Justiça são muito tímidos, no tocante à prova, à Justiça admitir determinada prova. A gente verifica que a prova só ocorre quando tem alguma falha: quando alguém, na empresa, algum preposto, falou mais do que um chefe queria que ele falasse.

Ìrohìn: E a intenção do Plano é qual, concretamente?

Drº Otávio: Deixe-me voltar àquela questão da prova, que é uma dificuldade. Qual é a nossa estratégia nesse Plano? Por que as pessoas, hoje, têm consciência de que existe a discriminação? Pela estatística, não é isso? Por dados estatísticos. No momento em que esses dados me mostram a realidade, eu não tenho como negar isso. Então, nós resolvemos usar a estatística como meio de prova. Tudo é muito inovador. Isso não foi usado ainda. Nós vamos criar uma situação nova no Judiciário, com essa estratégia de usar a estatística para provar a discriminação. Obviamente, tenho que trabalhar com grandes empresas ou médias empresas, para aplicar esta estatística dentro de uma empresa. Então, o que fizemos? Escolhemos um segmento, aqui em Brasília. Um segmento que normalmente tem grandes empresas. Na

verdade, estamos usando Brasília como um grande laboratório. Para não ter essa coisa de paralisar, porque "deu errado", aqui ou ali. Nós já testamos, o que tinha que dar errado, nós já consentamos.

Ìrohìn: Como esse teste está sendo conduzido?

Drº Otávio: Com o segmento bancário privado. Requisitei, desses bancos, dados sobre o seu pessoal, em Brasília (cada estado, cidade, vai fazer o seu). Então, eu tenho esse quadro, com o corte de gênero, raça, idade, escolaridade, função, salário, tempo de serviço... Tudo que você puder imaginar que possa servir, inclusive de justificativa, para um tratamento diferenciado, eu estou procurando verificar. Eu começo a ver o percentual de homens, percentual de mulheres, percentual de homens negros, de mulheres negras, a escolaridade de cada um desses segmentos. E começo a fazer gráficos que podem demonstrar que determinados grupos estão sub-representados em relação a outros.

Então, isso foi o primeiro passo. A partir disso, eu chamei os bancos aqui e pedi explicações. 'Olha, estou verificando que o percentual de negros é esse, que o percentual de brancos é esse, que o percentual de mulheres tal...; estou também verificando que negros e mulheres só têm acesso a cargo com salário de tal valor pra cima num percentual muito reduzido...'. Tudo isso eu consigo demonstrar, com essa estatística do pessoal da empresa.

Ìrohìn: Muito bem.

Drº Otávio: Aí, chamei as empresas para a explicação. E deram, as mais variadas, que não vêm ao caso. Posso te adiantar que não são justificativas válidas, a rigor. Mas são justificativas que podem ser usadas judicialmente. O que vamos fazer, então? Estamos em contato com o IPEA (que tem nos dado uma contribuição maravilhosa) E o que IPEA vai fazer agora? Vai pegar a estatística da população do DF e vai me dizer quantos negros (dentre estes, quantos pardos, quantos pretos), quantas mulheres, a escolaridade de cada um destes

Fotos: Daniel Cardoso



grupos, no Distrito Federal. Porque, no momento em que eles me justificarem, por exemplo, que têm poucos negros, ou poucas mulheres, em cargos de direção "porque a escolaridade é menor", então eu pegar os dados e dizer que esta não é uma justificativa. Então, estamos nessa fase agora.

Quando essa fase estiver concluída, eu vou chamar novamente os bancos e dizer: 'Olha, a explicação, a justificativa que vocês deram não é boa, a meu ver; eu vou entrar com uma ação'. Então eles têm mais uma chance, aqui, de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Outra dificuldade para uma ação, também: me adequar a quê? Eu tenho que

ter um pedido. Quando eu entro com uma ação, dizendo que um grupo está sendo discriminado, eu tenho que fazer um pedido ao juiz. Quer dizer, qual o parâmetro que eu vou utilizar? Não tem cota; não tem nenhuma lei estabelecendo ações afirmativas em relação a mulheres e negros, pelo menos na área Trabalho. Partidos políticos têm, em relação a mulheres; mas na área Trabalho não tem. Eu tenho que ter um parâmetro; tenho que pedir ao juiz alguma coisa, que condene a empresa a fazer alguma coisa.

O parâmetro que eu utilizei foi justamente os dados estatísticos do IBGE em relação à diversidade da população do Distrito Federal. Por quê? Porque é justamente onde as empresas do DF selecionam e recrutam seu pessoal. Uma grande empresa tem

que refletir mais ou menos a diversidade do local onde ela recruta seu pessoal. Então, o pedido que eu vou fazer é o de que o retrato da população empresa seja mais ou menos um reflexo da população.

Ìrohìn: Saiu uma pesquisa agora sobre a obesidade do brasileiro. E eu fiquei surpreso com o fato de que os meios de comunicação e alguns políticos pressionarem o Estado para rever a sua política social, no que diz respeito à fome, em função dos dados apresentados pelo IBGE. A associação entre pesquisa e política pública, com essa ênfase, com 15 minutos de Jornal Nacional, com editoriais de jornais é, sem dúvida, uma coisa surpreendente. Eu acho isso muito curioso.

Querem, de repente, com os resultados de uma pesquisa divulgada ontem, cobrar que o programa já deveria mudar hoje. Estamos achando ótima essa associação entre pesquisa e política. O que eu queria perguntar a vocês é: por que os dados sobre desigualdades raciais, divulgados com regularidade há quase trinta anos, não comovem políticos, não comovem autoridades governamentais, não comovem empresários?

Drª Sandra Lia: Eu penso que há uma discriminação mais 'acomodada', naturalizada, na sociedade, com relação a negros e mulheres. Essa, da obesidade, é uma novidade. Nós também já temos casos de discriminação de obesos na contratação, na inserção no mercado de trabalho. Já tem empresas discriminando obesos. E é uma novidade, então causa uma perplexidade maior. Lamentavelmente, a questão do negro e a questão da mulher estão 'incorporadas'. Por isso, a gente precisa ter uma atuação mais radical.

Drº Otávio: É que é muito fácil, por exemplo, você mandar aumentar o banco de um transporte coletivo. Isso não mexe com as estruturas da sociedade. Então, ações afirmativas que não mexam com a estrutura da sociedade, com aquilo que já está assentado, com os fatos de poder e dominação, são muito simples. O problema da obesidade é muito fácil de resolver. Eu não mexo com a estrutura de nada. Agora, no momento em que eu mexo com gênero e raça, eu vou ter que alterar uma série de estruturas. E aí é complicado.

Participaram da entrevista, na Procuradoria Geral do Ministério Público do Trabalho, Edson Lopes Cardoso e Ana Flávia Magalhães Pinto.

Desigualdade racial reduz qualidade de vida

Isabel Clavelin*

As diferenças de rendimento entre brancos e negros são explicadas, principalmente, pelo racismo e a discriminação racial. As mulheres negras são especialmente atingidas



Conhecida mundialmente como capital da qualidade de vida e da participação popular, Porto Alegre desce posições quando se fala em participação negra no mercado de trabalho. Os indicadores econômicos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo, revelam que a metrópole gaúcha está longe dos elevados patamares de trabalho e renda quando se trata de população negra.

Conforme a PED, divulgada no dia 20 de novembro de 2004, em 1998 as mulheres negras recebiam, em Porto Alegre, em média R\$538, homens negros R\$759, mulheres não-negras R\$810 e homens não negros R\$1.150. Em 2004, a média salarial em Porto Alegre para mulheres negras é de R\$489, homens negros R\$613, mulheres não-negras 716 e homens não negros R\$956.

Esse comparativo explicita o impacto do Plano Real na vida da população economicamente ativa, as exigências do mercado de trabalho de escolarização e aperfeiçoamento profissional e a persistência do abismo racial. Segundo a coordenadora técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) no âmbito do Dieese – Inter-regional Porto Alegre, Lúcia Garcia, o período de 1998 até meados de 2000 foi bastante difícil para os trabalhadores em função da crise do Plano Real. “Tivemos uma desvalorização da moeda real em janeiro de 1999, mas os reflexos positivos foram surgir no mercado de trabalho no início de 2000”, explica. A recuperação se expandiu durante

dois anos, quando nova crise assolou o mercado em 2003, provocando escassez de contratações e acentuado desemprego.

Isso se traduz na prática na vida de Geneci Ferreira. Mulher negra, 38 anos, solteira e mãe de dois filhos, ela se desdobra: diarista, artesã e voluntária como Multiplicadora em Prevenção às DST e Aids na Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN. Moradora do bairro Restinga – periferia de Porto Alegre com cerca de 130 mil moradores, em sua maioria afro-brasileiros – Geneci sente na pele as dificuldades impostas pelo mercado. “Temos sempre que ter mais e mais cursos. Não adianta ter ensino médio, é preciso ter curso de informática e, quando conseguimos, exigem outra qualificação. Sou diarista porque não consegui outra colocação. Aos 38 anos, fica mais difícil”, desabafa.

O trabalho como artesã rende 10% do orçamento familiar. Perto de datas festivas suas produções, que se dividem entre bonecas, chaveiros, bótoms, cintos, bolsas, puxa-sacos e guardanapos com motivos negros, garantem cerca de 20 a 30%. Aliás, é essa atividade produtiva que mais prazer traz a Geneci Ferreira: “Prefiro o artesanato porque estou sempre aprendendo e também posso ensinar a outras pessoas”.

Baixa qualidade de vida

Nesses seis anos, o desemprego foi maior entre a população negra em todas as regiões brasileiras. Essa situação implica a precarização da qualidade de vida das pessoas. Mesmo verificando uma ligeira redução da desigualdade entre negros e não-negros em decorrência da queda de qualidade da população não-negra em cargos com status e rendimentos, o Dieese considera

que em termos de quadro evolutivo houve pouca alteração entre as diferenças dos dois grupos étnico-raciais pesquisados. “Os negros continuam sendo o segmento mais discriminado no mercado de trabalho”, analisa Lúcia Garcia.

Prevalece ainda o estigma da escravidão, que associa preferencialmente a mão-de-obra negra ao trabalho braçal: mulheres negras no trabalho doméstico e homens negros na construção civil. Essa também é a percepção do aeroviário Victor Hugo Lopes Machado, 46 anos – 25 deles com carteira assinada, casado e pai de duas filhas. “Hoje vejo o negro no mercado operacional. São poucos que estão em cargos de chefia ou em atividades burocráticas e administrativas. Os homens negros de minha idade estão, em sua maioria, no mercado informal”, reflete. Residindo no bairro Jardim Lindóia, classe média de Porto Alegre, Victor Hugo é consciente das desigualdades que incidem na vida dos afro-brasileiros: “Falta oportunidade e escolarização. Os negros não conseguem bancar nem entrar na disputa em pé de igualdade desde as séries iniciais. Isso acontece em todas as áreas. No setor aeroviário, somos poucos e estamos na parte operacional. Na empresa não se discute discriminação racial. Não se discute, mas há racismo”, denuncia.

Estudo não acaba desigualdades

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), os anos de estudo aumentam a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho e, também, engordam os rendimentos. Em Porto Alegre, a diferença entre a população analfabeta e com curso superior chega a ser de cinco vezes. Mas ao contrário do que

muitos pensam, a escolarização não supera o racismo. Mesmo que negros detenham diplomas universitários, têm remunerações inferiores a de brancos na mesma ocupação. “Não vamos eliminar o diferencial de renda e ocupação apenas com elevação da escolaridade. Há uma redução. Mas a desigualdade que persiste é significativa”, considera Lúcia Garcia. Nos dados apurados na pesquisa, de janeiro de 2003 a setembro de 2004, a taxa de participação da população negra não-alfabetizada em Porto Alegre é de 27,6%, enquanto não-negros totalizam 19,3%.

Apesar de recente e ainda não tabulada nos indicadores sócio-econômicos, a política de cotas é uma medida eficaz para elevar a escolarização dos negros a curto prazo, tendo reflexos no mercado de trabalho. “Estar presente no mercado de trabalho significa estar presente na disputa da riqueza social. Quanto menos escolarizado, mais chance de ser expulso do mercado de trabalho. A política de cotas não só promove a família e o indivíduo negro como também faz com que as desigualdades sejam minimizadas”, alerta Lúcia Garcia.

Em 2005, o foco das investigações do Dieese é a família negra. Animada com a receptividade da pesquisa junto ao Movimento Negro, a coordenadora técnica da PED se reúne ainda neste mês de janeiro com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), para propor um projeto de acompanhamento de indicadores sociais da população negra no mercado de trabalho.

*Jornalista/RS



Opositores e aliados no campo jurídico: um debate em aberto

Ana Luíza Flauzina*

Sabemos como o discurso jurídico pode ser arrogante e autocentrado. A crítica sempre oportuna dirigida aos operadores do Direito que, muitas vezes, se esquecem que o arcabouço jurídico é antes instrumento para a obtenção da justiça e não sua expressão definitiva renova-se quando na arena das decisões figuram mudanças estruturais. Assim, ao lado da prepotência do discurso do Direito, em especial no que se refere às políticas de ação afirmativa, está, dentre outras leituras possíveis, a bagagem do Movimento Negro, que assinala as especificidades desse campo há muito. Nesse caso, o tradicional empenho do campo jurídico em reduzir todas as outras formas de percepção da realidade se vê forçado a dialogar necessariamente com toda a complexidade que envolve o tema.

Contudo, se é fácil admitir que não é o Direito o grande senhor das verdades como pretendem seus adeptos, é preciso constatar que ainda é sua a última e definitiva palavra em muitos momentos. Nesse sentido, perceber e denunciar o despreparo dos juristas em geral no trato da questão racial negra no Brasil não os fragiliza dentro de seu meio.

Ao contrário, a rede de solidariedade construída por nossos adversários estereotipa nosso discurso e mantém a posição conservadora como o tom ideal no trato das questões jurídicas. Ilustrando essa realidade, a recente batalha judicial que envolve a UFPR (Universidade Federal do Paraná) e o Ministério Público Federal dá uma boa mostra do perfil dos opositores no campo jurídico, quanto à inclusão dos negros e negras brasileiras nos espaços de poder.

No último dia 05 de agosto, o Ministério Público Federal na pessoa do Procurador da República, Pedro Paulo Reinaldin, impetrou uma Ação Civil Pública face à UFPR, com o intuito de invalidar a reserva de vagas para estudantes afro-descendentes e egressos de escolas públicas prevista no edital desta instituição de ensino superior. Com uma argumentação extremamente superficial, o Procurador se encaixa no tão propalado perfil dos arautos da democracia racial inconsequente.

De acordo com o seu entendimento, a adoção de cotas para estudantes negros e egressos da escola pública violaria os princípios da isonomia e da razoabilidade, tão caros ao nosso ordenamento jurídico.

O primeiro estaria comprometido visto que, de acordo com a Constituição Federal é a capacidade de cada um o aspecto a ser levado em consideração para o ingresso no ensino superior. Além disso, o reduzido número de estudantes negros e egressos da escola pública nas Universidades estaria relacionado à deficiência no ensino fundamental e médio.

Já no que se refere ao princípio da razoabilidade, o Procurador constata uma falta de adequação entre o meio utilizado (sistema de cotas) e o fim que se pretende atingir (melhores alunos capacitados para a Universidade). Alega ainda que, não havendo racismo no ingresso de pessoas no ensino superior, a legislação em tela é que cria o racismo. Em suas palavras: "Implicaria a criação de uma legislação racista em um país que, graças a Deus, é um exemplo para um mundo de integração entre as raças." Ou seja, estamos diante do velho discurso esquizofrênico que aposta na meritocracia e na democracia racial. Dois pilares fundantes de nossa exclusão histórica.

Mas é no descuido de uma afirmação leviana que percebemos o tipo de adversário que enfrentamos. Afinal, se a austeridade da

fala jurídica é uma carapuca poderosa, ao mesmo tempo é reveladora da compreensão de mundo que carrega determinado indivíduo. Esse, em particular, teme, ao contrário de nós, a emergência de um futuro em que estejamos incluídos de fato. Os que leram a peça formulada pelo Procurador sabem que nesse jogo incidental de palavras, está o mote de sua inspiração. Afirma o jurista: "Fica claro perceber que se o vestibular passar a adotar critérios de seleção arbitrários e desconexos com a finalidade a que se propõe, o futuro que se avizinha é negro e tenebroso...". Definitivamente o que o afasta das políticas de ação afirmativa como alternativa legítima de inclusão da população negra desse país é a sua noção de futuro e da cor que este deve carregar.

Na sequência dos acontecimentos, encontramos um outro perfil de oponente, que nos oferece alguma complexidade. O Juiz Federal Substituto da 7ª Vara, Mauro Spalding, proferiu decisão antecipando a tutela, ou seja, acatando o pedido do Ministério Público Federal e impedindo que a reserva de vagas constasse no edital. De acordo com o seu entendimento, também há um descompasso

entre os critérios para admissão em ensino superior fixados constitucionalmente (selecionar os melhores candidatos) e o meio utilizado para interferir na discriminação racial no Brasil (cotas para negros).

Se na formulação jurídica, há muitas semelhanças entre o entendimento dos juristas, na análise da questão racial em si a coisa muda de figura. O que causa perplexidade na sentença proferida pelo juiz é que este tem uma leitura elaborada sobre as deficiências e o processo histórico de exclusão da parcela negra da população e, ainda assim, persiste na posição do conservadorismo. Apesar de também compor o grupo dos arautos da democracia racial, este se encontra no plano da sofisticação.

Spalding assinala: "Apesar de todo o contexto histórico que envolveu os negros no Brasil, que há pouco mais de um século deixaram de ser vistos como patrimônio dos seus senhores e se livraram da escravidão, adquirindo a duras penas sua liberdade e a personalidade jurídica dada pelo ordenamento às pessoas, não vejo nisso motivo que justifique um tratamento diferenciado aos afro-descendentes para ingresso nas universidades públicas no

atual cenário sócio-político brasileiro."

Diz ainda o juiz: "Por serem lentas as mudanças sociais, as estatísticas ainda hoje demonstram que, apesar de o racismo ser amplamente repudiado pelo ordenamento jurídico), o lamentável sentimento discriminatório ainda presente no íntimo de alguns brasileiros em relação aos afro-descendentes traz dificuldades para sua inclusão social, o que poderia justificar a adoção de ações afirmativas pelo Estado como forma de preservar e garantir a inversão desse quadro, entretanto, desde que tais ações afirmativas não ofendessem a Constituição Federal."

Nesse caso, vemos que o jurista reconhece o direito intelectualmente, mas manuseia o ordenamento jurí-

dico a fim de impedir que as mudanças estruturais se verifiquem na prática.

Como último capítulo dessa epopéia que está longe de chegar a seu fim, temos a decisão do presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, que atendendo à Suspensão de Execução de Liminar interposta pela UFPR, suspendeu a liminar que impedia a reserva de vagas para alunos negros e egressos e escolas públicas. Ou seja, garantiu a continuidade do sistema de cotas daquela instituição.

Para além de ser uma sentença que atende às demandas da população negra é importante observar esse instrumento por dois motivos centrais: primeiro, porque demonstra como há um

entendimento jurídico que advoga pela legitimidade e constitucionalidade das ações afirmativas e segundo porque ressalta o papel político desenvolvido pelo Judiciário na tomada de decisões desse gabarito.

Segundo o desembargador, a reserva de vagas não afronta a isonomia e o ordenamento jurídico pátrio, tendo em vista tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Ou seja, acredita que a igualdade não deve ser percebida somente sob seu aspecto formal, mas como princípio, exigência e objetivo da Constituição. Além disso, Freitas alerta para a responsabilidade que as decisões judiciais têm para com as mudanças estruturais, lembrando que há uma ação política em nível institucional que orienta o

Judiciário, atento às consequências sociais e econômicas que podem resultar o ato judicial.

Como se vê, também contamos com aliados estratégicos na defesa dos interesses da população negra. Certamente suas falas não nos contemplam por completo, sendo porém, sensíveis e capazes de compreender a importância de políticas públicas focalizadas.

Como ainda há muita batalha pela frente, visto que ainda cabe recurso dessa decisão para o Supremo Tribunal Federal, é oportuno pensar a articulação negra (em especial dos juristas negros) necessária para lidar com opositores e aliados. Talvez o maior desafio seja vencer as diferenças e aprender a unir forças. Se há um legado branco que vitimiza a população negra, a falta de

capacidade de coesão e de se perceber coletivamente é um dos maiores. Nesse caso, a disputa entre nossos poucos e qualificados juristas chega a ser jocosa. Não há mais tempo para egos superinflados ou disse-me-disse. A judicialização dessa demanda já é realidade e temos de estar preparados para intervir da melhor forma, ou seja, como companheiros numa luta coletiva e não como adversários no personalismo. Ou pensamos estrategicamente nossa intervenção ou, definitivamente, seremos atropelados pela poderosa articulação branca que tenta firmar no Judiciário uma posição contrária às políticas de ação afirmativa.

"Advogada, mestrandia em Direito e ativista do EnegreSer/UnB"

STF rejeita privilégios para militares na transferência para instituições públicas de ensino superior

No dia 16 de dezembro de 2004, o Supremo Tribunal Federal, por decisão unânime, julgou procedente, em parte, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3324), ajuizada pela Procuradoria Geral da República. A referida ação questionava fundamentalmente a constitucionalidade do artigo 1º da Lei 9.536/97, que permitia a transferência de militares e dependentes de instituições de ensino superior privadas para universidades públicas.

De acordo com o voto do relator, Ministro Marco Aurélio, que fora acompanhado pelos demais julgadores, a interpretação a ser dada ao dispositivo em questão deveria obedecer aos ditames constitucionais que autorizam a transferência obrigatória na perspectiva da congeneridade, ou seja, de pública para pública, ou de privada para privada.

É importante observar que para além do ajuste constitucional firmado pelo STF, esta decisão torna-se especialmente relevante, nessa atual conjuntura, por enfrentar a questão do mérito. Os argumentos jurídicos, que pleiteiam a isonomia, a impessoalidade e a

moralidade da Administração Pública, são recursos na defesa de um ideal meritocrático, há muito consolidado. Nesse caso, há duas perspectivas a serem abordadas. A primeira passa pela constatação de que até momento em que as transferências não se configuraram numa real ameaça de ocupação de espaço nas Universidades (a Universidade de Brasília ameaçou não oferecer vagas para o curso de Direito no próximo vestibular, em função das transferências), o privilégio para o setor militar fora mantido sem se questionar a qualidade dos estudantes e a instituição que os recebia. Ou seja, um sistema que burlava as formas de aferição do mérito, visto que para a transferência não havia obviamente a necessidade de se prestar vestibular, contava com a aceitação tácita das instituições e da sociedade. Assim, mais uma vez percebe-se que no Brasil é o grupo a ser beneficiado pela ação do Estado que dá o tom da reação social.

O segundo aspecto a ser considerado é a tentativa de se vincular essa decisão a uma futura discussão sobre ações afirmativas. De acor-

do com o que fora veiculado pelos principais veículos que acompanharam o julgamento, o Ministro Marco Aurélio, chamou a atenção para o fato de que a isonomia que fora resguardada entre civis e militares com essa decisão, não pode ser entendida da mesma forma no caso das cotas para negros e negras. Obviamente, as políticas de ação afirmativas encontram amparo constitucional, não se confundindo com privilégios construídos historicamente por determinados grupos. Nosso pleito, ao contrário do que se dava nas transferências de militares, não viola o mérito insidiosamente, mas antes o redefine, agregando novos elementos para a ocupação dos espaços de poder. De qualquer sorte, já sabemos que os opositores contam com mais esta munição, apesar de ilegítima e conservadora como todas as outras.

O acórdão não fora publicado até o atual momento, motivo pelo qual não entraremos em detalhes mais aprofundados sobre o posicionamento dos Ministros. Caso julgemos oportuno, voltaremos a essa temática no próximo número do Irohîm.



Terreiros de Salvador protestam contra intolerância religiosa

Hamilton de Jesus Vieira*

No dia 26 de dezembro, uma bela tarde de domingo de sol, típica do verão baiano, dezenas de líderes religiosos, fiéis e simpatizantes de religiões de matriz africana de Salvador participaram de uma passeata de protesto contra a intolerância religiosa, de que vem sendo vítima o Candomblé. A atitude discriminatória contra o Candomblé é praticada, principalmente, por religiões evangélicas neopentecostais, especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A manifestação partiu, por volta das 16 horas, do bairro do Engenho Velho da Federação (área relativamente próxima ao Centro de Salvador), de maioria de população negra, onde se concentram muitas casas de Candomblé de várias nações como Gêge, Ketu, Caboclo, Angola, Ijexá, Encantados e outras. Foram esses templos religiosos que organizaram a manifestação, tendo à frente a Kunderenê Associação Tanuri Junsara, do Terreiro de mesmo nome, de nação Angola.

Vestindo, principalmente roupas brancas, cerca de 400 pessoas percorreram o bairro do Engenho Velho da Federação, passando pelas Avenidas Cardeal da Silva, Garibaldi e Vasco da Gama, áreas tradicionais de Salvador, com muitos terreiros de Candomblé. Antes da saída do cortejo foram entoa-

dos cânticos para o orixá Exu, atirou-se milho branco cozido aos participantes da caminhada e soltaram-se pombos brancos, símbolos da paz.

A caminhada-protesto, além dos terreiros do Engenho Velho da Federação, teve a participação de mais de 60 outras casas de culto afro de áreas de Salvador, Região Metropolitana (RMS) e do Recôncavo Baiano. Os participantes da manifestação portavam cartazes onde se exigia respeito pela liberdade de expressão de crenças e contra a intolerância religiosa: "As religiões afro-brasileiras exigem respeito ao seu pleno direito de culto assegurado pela Constituição"; "Terreiros do Engenho Velho da Federação unidos pela paz exigindo respeito aos seus cultos" e "Queremos paz, mas exigimos respeito", eram algumas frases escritas nos cartazes.

Governo é conivente

A Ialorixá Valnísia de Oliveira, Mãe Val de Ayará, do Terreiro do Cobre, um dos organizadores da passeata, ao falar sobre a importância da manifestação ressaltou: "O primeiro objetivo da passeata é conseguir



Foto: João Sales

a paz. Não estamos fazendo essa passeata contra a intolerância religiosa com outra intolerância. Nós estamos nas ruas exigindo respeito pelas agressões que nós quotidianamente sofremos da parte das religiões evangélicas pentecostais".

A Ialorixá criticou ainda a postura do governo ao permitir o uso das televisões e rádios pelas igrejas evangélicas nas suas campanhas contra as religiões de matriz africana: "O governo poderia proteger de fato o Candomblé se criasse algum órgão encarregado de fiscalizar e não permitir de forma alguma a agressão que as religiões de origem africana vêm sendo vítimas por setores evangélicos", pontuou.

Segundo Mãe Val, uma das estratégias usadas pelos pastores evangélicos atualmente é a construção de tempos religiosos próximos a terreiros de Candomblé. "Talvez na ilusão de que o povo que frequenta o Can-

domblé torne-se evangélico", ressaltou a sacerdotisa.

A Ialorixá e bacharel em Ciências Contábeis, Marlene Rodrigues da Silva, do Ilê Omin Ibiri Axé Airá – mais conhecido por Vin-tém de Prata –, localizado na Estrada

da Velha do Aeroporto, disse que o povo de Candomblé deve se unir mais para enfrentar as agressões físicas, psicológicas e morais que vêm sendo desencadeadas há anos por igrejas evangélicas: "Não devemos usar de agressividade, mas sim mostrar aos evangélicos que as pessoas têm a liberdade de professar qualquer religião, assegurada legalmente pela Constituição Federal", disse Marlene da Silva.

Nádir Nóbrega, coreógrafa e técnica em assuntos culturais, denunciou o Estado, considerando que ele é conivente com o desrespeito praticado contra o Candomblé pelas religiões evangélicas, sobretudo, as que se utilizam da televisão e rádio, que são concessões dadas pelo Governo Federal para o seu funcionamento. "O Ministério Público funciona a passos de cágado para punir as igrejas que infringem a Constituição Federal, no que tange à liberdade de culto e às leis das conces-

sões de rádio e TV. As igrejas evangélicas e o Estado atualmente funcionam como a Santa Inquisição do passado, desrespeitando as religiões de matriz africanas, vindas para este país desde o período colonial".

A caminhada contou com a participação de representantes de várias entidades do Movimento Negro baiano, como o Disque Racismo, Aganju Afro-Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica, Movimento Negro Unificado e outros, além do futuro secretário da Reparação da Prefeitura Municipal de Salvador, vereador Gilmar Santiago (PT).

Morte de Ialorixá

Agressões verbais e físicas a fiéis do candomblé, invasões de templos religiosos afro vêm acontecendo com certa frequência na Bahia, especialmente em Salvador, por evangélicos de várias denominações, especialmente da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). No dia 8 de agosto deste ano, o jornal "Correio da Bahia" estampou na sua página de polícia a matéria: "Briga entre evangélicos e adeptos do candomblé acaba na polícia".

A reportagem registrou a agressão física e moral sofrida por membros do Ilê Axé Omisilê, conduzido pelo babalorixá Luís de Logum Edé, nas imediações do Shopping Lapa (localiza-

do na Rua Direta da Piedade, Centro de Salvador), praticada pela dona-de-casa Maria Adelci D. dos Santos, integrante da Igreja Pentecostal Deus é Amor.

Conforme a reportagem, a mulher teria batido no rosto do "filho-de-santo" Bruno Santos de Jesus, que praticava a cerimônia conhecida popularmente como "Tabuleiro de Omolu", que consiste na distribuição de pipoca sem sal, em lugar público, em reverência ao orixá Obaluaíê ou Omolu, durante o mês de agosto, época da festa dessa divindade afro. A evangélica, no momento da agressão, dizia "Sai Satanás". E em seguida, derrubou um dos tabuleiros com pipoca que os crentes do Candomblé carregavam na cabeça, quebrando um ibá (pote de ce-

râmica) de Obaluaíê, que estava com Bruno de Jesus.

Há pouco mais de seis meses, em Salvador, a IURD foi sentenciada a pagar mais de R\$ 1,3 milhão por danos morais à família da ialorixá Gildásia dos Santos e Santos, Mãe Gilda, do tradicional bairro de Itapuã. O jornal "Folha Universal" publicou matéria utilizando uma foto de Mãe Gilda, cujo título era "Macumbeira charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes". A Ialorixá veio a falecer mais tarde, provavelmente em decorrência da humilhação sofrida. A IURD recorreu da decisão do Ministério Público e o caso ainda está na Justiça para uma decisão final.

Em Salvador, para combater as agressões às religiões de matriz africana,

há cerca de dois anos, foi criado o Movimento Contra a Intolerância Religiosa (formado por terreiros de candomblé, grupos políticos e culturais do Movimento Negro baiano e alguns fiéis de outras religiões), que vem levando para o Ministério Público casos de perseguição ao candomblé.

Documento à População

No decorrer da caminhada, os organizadores da manifestação distribuíram um documento intitulado "A Todas as Pessoas que Acreditam na Liberdade e no Direito à Diversidade", para sensibilizar a população sobre os motivos e justiça do protesto. Vejamos: Hoje, 26 de dezembro, últimos dias de 2004, o bairro do Engenho Velho da Federação, através da reunião de todas as Casas que

aqui cultuam Caboclos, Inquices, Voduns e Orixás, vêm se manifestar pela Paz e contra a Intolerância Religiosa, afirmando a história de Resistência do Povo Negro. O Engenho Velho é um bairro de maioria negra, que vem, por séculos, preservando, criando e recriando a herança cultural africana. Este bairro convive, todos os dias, com grupos de samba, a gostosa comida afro-baiana, e, principalmente, com o toque dos atabaques e agogôs das várias Casas de Candomblé, que aqui estão há muitos e muitos anos. São Gêges, Ketus, Caboclos, Angola, Ijexás, Encantados Essas Casas, são responsáveis pela organização social do bairro, pelo cuidado com o povo, pelo zelo com o mundo sagrado dos afri-

canos e indígenas, pela educação de crianças e adolescentes, pela cura, pelo resgate da auto-estima e dignidade de pessoas pobres e pela manutenção da história e da civilização dos povos africanos que para aqui foram trazidos, há quase 500 anos. O Engenho Velho da Federação é um Território Afro-Cultural onde está a sabedoria, a beleza e o exemplo de respeito e convivência que nós herdamos da Mãe África. Por tudo isso, essa Caminhada é pela Paz, contra todas as formas de Intolerância, e, principalmente, para festejar o nosso orgulho em ser de Candomblé. Saúde, Alegria, Fartura, Amor, Dignidade e Respeito para o Povo que acredita na Liberdade e na Diversidade".

* Jornalista/BA

CD celebra memória de Clóvis Moura

Há pouco mais de um ano, em 23 de dezembro de 2003, morreu o historiador, jornalista e ativista, Clóvis Moura, aos 78 anos. Autor de livros cujos títulos muitas vezes alardeavam seu amor pelas experiências históricas de insubmissão coletiva organizada, como "Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas", "Sacco & Vanzetti: o protesto brasileiro", "A República de Palmares e seu significado sócio-político", ou "Sociologia da guerra camponesa de Canudos", Clóvis Moura tem parte de seu legado resgatado no CD-ROM Clóvis Moura. Fragmentos de Vida e Obra, lançado pela Fundação Cultural Palmares.

Nascido em 1925, no Maranhão, Clóvis Moura radicou-se em São Paulo, depois de passar período decisivo de sua vida na Bahia, na década de 40, quando abraçou a carreira jornalística num jornal comunista, aderiu ao PCB e chegou a eleger-se deputado estadual, cassado a seguir, quando o governo Dutra colocou o Partido na ilegalidade. Neste mesmo período iniciou a pioneira pesquisa sobre rebeldia negra no Brasil, na contramão do discurso dominante na esquerda e na historiografia universitária. No CD, um artigo do historiador Mário Maestri contém "flashes" sugestivos de correspondência de Moura com Caio Prado Júnior, na qual este faz um esforço de dissuadi-lo de seu projeto.

"Minimizando a resistência 'individual' e orgânica dos cativos à escravidão – resistência ao trabalho, fuga, justicamento, etc", segundo escreve Maestri, Clóvis Moura "ênfaticamente a análise das 'revoltas coletivas', nas quais o cativo lutaria por 'objetivos próprios'", em quilombos, guerrilhas e insurreições. O CD se ressent de mais análises, principalmente em se tratando de um autor de temática vária e que sempre prezou a crítica. Uma cronologia da história de vida de Moura, cerca de 20 desenhos e 8 poemas, bem como uma bibliografia, na qual se constata alguma lacuna, complementam o CD.





Universitários africanos vivenciam opressão racial em silêncio

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Desmorte da farsa da democracia racial brasileira é vivido por estudantes de vários países do continente africano no Brasil

Ainda que a possibilidade de estrangeiros virem ao Brasil com o intuito de realizar estudos universitários date dos anos 1920, somente a partir de 1974 essa oportunidade figurou como algo concreto para estudantes africanos. Os primeiros anos da República brasileira anunciaram algo que iria reproduzir-se de modo naturalizante até meados do século XX: a entrada de africanos, se não impedida, seria ao menos dificultada, contando, em termos de aparato legislativo, com o Decreto nº 528, de 28 junho de 1890, e outra série de documentos oficiais que versavam sobre o "controle" da entrada de pessoas negras e asiáticas no Brasil.

O principal meio de acesso de estudantes africanos às universidades brasileiras é o Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Apresentado como um instrumento de cooperação educacional que o governo brasileiro oferece especialmente a países da África e da América Latina, o PEC-G é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério da Educação (MEC), além da participação de 72 Instituições de Ensino Superior (IES).

A regulamentação é assegurada pelo protocolo e pelo manual do programa, os quais podem sofrer atualizações advindas de necessidades não previstas. No entanto, as bases gerais são dadas pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80, Lei nº 6.964/81 e Decreto nº 86.715/81), um conjunto de leis firmado durante o regime militar e

que mantém um marcante ranço conservador.

Entre os deveres do estudante-convênio, está o não-envolvimento em questões políticas: "como estrangeiro, o estudante-convênio não deverá se envolver em manifestações e/ou atividades de cunho político, sob pena de sofrer todas as sanções previstas na legislação brasileira". O alcance dessa proibição não é bem explicitado, o que gera impasses para os estudantes. "É uma cláusula consensual tanto da parte do nosso governo quanto da parte do governo brasileiro, mas não fica explícito o que é envolvimento político. A proibição de envolvimento político-partidário é até sensata, mas, quanto a questões de nível acadêmico, essa proibição não deveria ser considerada, pois essas nos afetam, mexem com o nosso cotidiano", afirma um estudante cabo-verdiano. (Na apuração dessa reportagem, a maioria dos entrevistados optou pela não-identificação, pois, diante da possibilidade de ser entendidas como transgressão, suas declarações poderiam resultar em outros problemas.)

Outra consequência desse impasse é apontada por um estudante moçambicano que está no Brasil há sete anos: "Essa não-participação ativa nos assuntos acadêmicos e/ou políticos traz uma atrofia na medida em que temos acesso às questões teóricas pura e simplesmente, mas não podemos percebê-las e nem agir na prática para conhecer até mesmo as realidades brasileiras. Se nós pudéssemos par-

ticipar, por exemplo, dos centros acadêmicos, poderíamos aprender a partir da experiência brasileira. Em nossos países, isso poderia nos servir para termos ferramentas para analisar nossa situação e termos um referencial comparativo".

UnB— A Universidade de Brasília recebe estudantes africanos desde o fim da década de 1970. Eles correspondem a duzentos dos trezentos estudantes internacionais matriculados por meio do PEC-G, afora cerca de trinta que têm matrícula-cortesia. De acordo com dados da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT/UnB), atualmente, existem estudantes dos seguintes países do continente africano: África do Sul, Angola, Cabo Verde, Gabão, Guiné-Bissau, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal e Tanzânia. O país mais representado é Guiné-Bissau, com 29 estudantes, seguido por Cabo Verde, com 25, e Angola, com 15.

"Esse programa corresponde a um esforço institucional da UnB de dar uma maior densidade às relações externas da universidade. Com a vinda de pessoas de diversas partes do mundo, a universidade se faz mais plural, mais colorida", afirma Flávio Saraiva, diretor do INT. A ida de estudantes brasileiros a países africanos, entretanto, não é prevista no programa.

Outra limitação do PEC-G reconhecida por Saraiva é a obrigatoriedade e a comprovação de recursos financeiros para o custeio das necessidades do estudante no

Brasil: "A exigência de condições financeiras é uma deficiência do programa. Em dezembro último, houve uma reunião com o Ministério da Educação, no Mato Grosso, em que a UnB levou a proposta de que o estudante estrangeiro que precisasse tivesse bolsa-permanência pelo sistema Capes ou CNPq".

Mas a última edição do manual do programa chega a pontuar: "O dinheiro necessário para o estudante-convênio viver razoavelmente no Brasil, cobrindo as necessidades básicas (sem incluir o lazer), situa-se numa faixa de 400 a 800 dólares americanos por mês". Valores superiores à renda *per capita* anual da maioria dos países africanos participantes do PEC-G.

PROBLEMAS CASEIROS?— "Quando cheguei ao CO [Casa do Estudante Universitário], dividia apartamento com um brasileiro. Nós discutíamos por conta de coisas como a arrumação da casa. Um dia ele começou a dizer: 'Você tem de voltar para o seu país! Aqui não é o seu país! Esse país é dos brasileiros, seus pretos da África!', coisas desse tipo. Fui à Reitoria reclamar. Pouco depois me chamaram para dizer que nós, africanos, teríamos de sair do apartamento. Caramba, o cara me chama de preto e todo nome e eu que tenho de sair do apartamento?!". Histórias como essa, contada por um estudante guineense, fazem mais parte do cotidiano dos estudantes africanos do que muitos podem imaginar.

Especialmente para os que não dispõem da presença de representações diplomáticas, os problemas

com moradia tornam-se de difícil resolução. A falta de um fiador ou responsável faz com que o aluguel de um imóvel não seja algo fácil, uma vez que não é permitido ao estudante-convênio trabalhar. "No semestre passado, nos chamaram na Reitoria porque recebemos duas pessoas no nosso apartamento e disseram que elas deveriam procurar outro local para morar. Acontece que essas pessoas procuraram local para morar, mas, como não têm intermediário que possa assinar compromisso, não conseguiram. Sempre a gente enfrenta essas dificuldades", comenta o mesmo estudante.

Tendo o pedido de concessão de moradia estudantil deferido, mediante comprovação de carência econômica, alguns estudantes de graduação ocupam vaga na Casa do Estudante Universitário da UnB (CEU). Dados da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) apontam que dos 360 moradores dos dois blocos próximos ao Centro Olímpico, 23 são estudantes africanos. Contudo, isso não necessariamente tem remetido ao ponto final da história. Para além do que esses depoimentos sugerem, não

se pode subestimar a dinâmica das relações sociais brasileiras, principalmente com pessoas negras envolvidas.

RACISMO BRASILEIRO – Tanto o vice-reitor Timothy Mulholland quanto o diretor do INT Flávio Saraiva não dão notícia de nenhum caso registrado e/ou comprovado de discriminação racial sofrida por qualquer estudante africano no dia-a-dia da universidade. No máximo, é reconhecido que há um distanciamento entre esses e os demais estudantes da universidade. Nas palavras do vice-reitor: "A impressão que tenho é que eles sofrem uma espécie de isolamento social em relação ao restante dos estudantes, em especial as mulheres. Mas eu não conheço um inci-

dente comprovado em que houvesse uma discriminação aberta, que prejudicasse o aluno academicamente. É certo que o espaço deles é menor do que o do estudante brasileiro".

O espaço institucional nunca foi o local onde protestos contra constrangimentos cotidianos, em especial os que dizem respeito à discriminação racial, encontrassem grande ressonância – a etiqueta das relações raciais no Brasil condena o alarde desses conflitos. Até mesmo entre o grupo discriminado, falar sobre o assunto é exercício nada agradável: "Nas nossas conversas, não compartilhávamos, e ainda hoje, experiências de constrangimento relativas a preconceito racial. Falávamos sobre assuntos referentes ao

nosso continente. Um ou outro comentava sobre o racismo no Brasil de forma geral. Não porque as pessoas não sofressem, não tivessem vivido essas experiências. Há também o constrangimento de se falar que foi vítima de discriminação racial" – estudante de Moçambique.

De todo modo, não contando com o cenário burlesco que facultou, ao presidente do Senegal em 1964, Léopold Sédar Senghor, a impressão de um modelo de bom convívio entre as raças, estudantes africanos chegam a dizer que, em razão das situações de racismo vividas aqui, choram praticamente toda semana. De acordo com um estudante cabo-verdiano: "A impressão que se tem do Brasil é a veiculada pela mídia lá. A imagem de um Brasil feliz, multirracial, embora, pelas novelas, se a gente tiver um pouco de atenção, dê para ver que não é tão multirracial assim. Quando cheguei aqui, deparei com uma cidade em que as raças e as classes estão separadas geograficamente, economicamente, em todos os âmbitos. Logo de início, quando você entra nas salas de aula da universidade, não existem negros. A gente começa a se sentir diferente. Como africanos, tendo nossos traços físicos, percebemos que estamos num espaço em que não se esperam pessoas como nós".

Se dentro da universidade algumas pessoas "podem" não identificar a prática corriqueira de racismo, fora do *campus* não há essa opor-



Fotos: Edmildo Cirilo dos Santos

tunidade. Confirmando o que já sabemos sobre a ação diária da polícia em relação à população negra brasileira, os estudantes africanos, em especial os do sexo masculino, são alvo da empreitada dos "agentes da segurança pública". O relato seguinte é de outro estudante cabo-verdiano: "Era meio dia, eu e um amigo do Gabão estávamos na parada de ônibus, onde também estava um casal de pessoas brancas. Alguns policiais passaram do outro lado da L2 e nos viram sentados normalmente esperando o ônibus. Eles deram a volta, chegaram e abordaram a gente com arma na mão: 'Parado aí, negão. Mão na parede', essas coisas. Como eu não estava acostumado com isso, fiquei indignado. O meu amigo me disse: 'Fica calmo porque as coisas aqui são assim. Eu já passei por isso

várias vezes. O negócio é você relaxar e deixar passar'. Depois eles viram que éramos estudantes estrangeiros e da UnB. Mesmo assim eu perguntei ao policial o motivo de estarmos sendo abordados daquele jeito, sendo que só estávamos esperando o ônibus como pessoas normais. Por causa de quê? Já sabendo a resposta. Eles disseram que haviam recebido uma denúncia. A área toda estava normal. Perguntei o porquê de eles não abordarem o casal? Disseram: 'Obrigada pela colaboração' e foram embora".

Em todo caso, o Estado brasileiro deveria explicar melhor o que se entende e o que se pretende com ações de política internacional com os países do continente africano.

**Jornalista, mestranda em História/UnB.*

O que não se pode calar

"O primeiro choque foi chegar a uma universidade que a maioria esmagadora era de pessoas brancas. Depois, o fato de você ser estrangeiro já te cria outra barreira. Há uma barreira muito grande pelo fato de você ser o outro. Quando se é negro, a barreira aumenta. A gente passa a ser ignorado e fica difícil fazer amizades. Quando você se percebe não incluído nas "panelinhas", você fica se questionando o porquê. Por exemplo, os convites para sair no fim de semana: as pessoas fazem convites, mas você nunca é convidado. Outra coisa, os negros brasileiros ainda são um ínfima minoria na universidade. Então, não há nesses espaços pessoas com você se identifique de imediato para fazer amizades. Percebe-se que há um lugar diferente destinado a você, sutilmente demarcado. As pessoas aprendem a viver com isso porque sabem que, um dia, voltam para os seus países." (Estudante moçambicano).

"Sabemos o país em que estamos, o Brasil, de passado colonial e tudo. Então, nem todas as pessoas são 100% iguais." (Estudante cabo-verdiano, no Brasil há três anos).

"Anteriormente, o acordo previa que o governo brasileiro garantiria uma bolsa de valor equivalente ao que seria repassado pelo governo do país de origem. Visto que nós não tínhamos direito de fala, quando houve um corte nessas bolsas, por volta de 1998, e nós fomos reclamar, o representante do Itamaraty nos disse que iriam nos deportar: 'Nós já estamos fazendo um favor'." (Estudante moçambicano, no Brasil há sete anos).

"A nossa identidade é múltipla. Quando chegamos aqui, as pessoas nos identificam não apenas pelo nosso passaporte ou pela nossa não-nacionalidade brasileira. As pessoas não vão dizer que somos só estrangeiros. Elas vão dizer: Vocês são estrangeiros e negros e africanos. Há uma série de características que vai funcionar no imaginário das pessoas." (Estudante cabo-verdiano).

Chanceler fala sobre Haiti



Foto: Daniel Cardoso

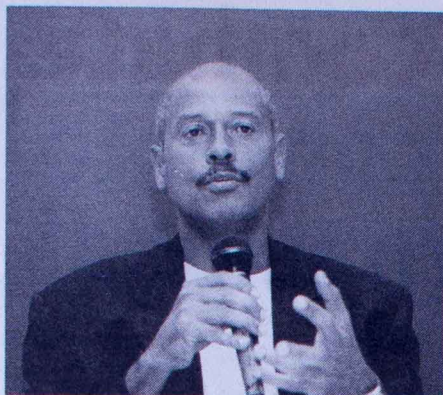
O Governo do Brasil defende uma efetiva regeneração do tecido político e um lançamento das bases de desenvolvimento econômico no Haiti, segundo reiterou, no dia 2 de dezembro, o chanceler brasileiro Celso Amorim, na audiência pública realizada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado.

Juntamente com o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante militar da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah), e o prof. Ricardo Seitenfus, enviado ao Haiti pelo governo brasileiro para desempenhar a função de mediador político, o Ministro de Relações Exteriores foi convocado para falar sobre a real situação do Haiti e da Missão de Paz da ONU, comandada pelo Brasil.

"Devo-lhes dizer com toda franqueza que o que a gente percebe dos países mais desenvolvidos, mais ricos, é que esse nível de envolvimento com a reconstrução das instituições foge um pouco ao padrão com o qual eles estão normalmente acostumados". Amorim enfatizou que, para o governo brasileiro, a Minustah é uma missão de estabilização e não uma missão de polícia. "Temos uma concepção de que os problemas de segurança não podem ser resolvidos em separado da situação política, humanitária e econômica".

Indicado à condição de personalidade do ano, por algum órgão da imprensa brasileira, o general Pereira bem mereceria um título bem adequado nesse dia. Em depoimento mais concorrido que o de Amorim, vestido com traje de campanha, o oficial brasileiro traçou um quadro bastante "impressionista", pra dizer o menos, da situação e do povo haitianos, com tiradas como: "a convivência da população haitiana com o lixo é pacífica, ordeira e harmônica". E chegou a destacar o quanto o impressionava o fato de, apesar de toda miséria, as pessoas andarem calçadas e com roupas brancas limpas e passadas...

"A visão apocalíptica que se tem do Haiti não deve fazer com que percamos o discernimento histórico", disse Seitenfus. Conforme argumentou, a democracia de certa forma simplifica e o Haiti não conheceu essa simplificação. "A sociedade haitiana é complexa e sofisticada do ponto de vista político". Segundo ele, o país cometeu um "pecado original", em função do qual foi visto de forma diferente pelo Ocidente no sistema internacional: "Eles ousaram não somente se libertar, mas criar um Estado independente, por isso foram condenados a duzentos anos de solidão".



O protagonismo negro

Carlos Alberto Medeiros*

Uma das grandes novidades do último debate entre candidatos à Presidência da República foi a questão racial. Os quatro principais postulantes – Lula, Serra, Garotinho e Ciro Gomes – viram-se instados a manifestar sua posição a respeito dos problemas do racismo, da discriminação e da desigualdade racial, e o fizeram de uma forma que referenda as denúncias e propostas do Movimento Negro.

A incorporação da questão racial à agenda política brasileira em dimensão suprapartidária é resultado de um processo que teve início 30 anos atrás, quando novos atores começaram a entrar em cena tanto no campo das lutas sociais quanto nas áreas da academia a estas relacionadas. O primeiro deles foi o próprio Movimento Negro, que começa a emergir no Brasil, ao menos em sua forma contemporânea, na primeira metade dos anos setenta, e cujos esforços iniciais concentraram-se em atacar o mito da “democracia racial”, visto como alicerce principal da hegemonia branca, e em denunciar as múltiplas formas de discriminação de que são vítimas os afro-brasileiros.

O Movimento Negro também tem contribuído para uma nova visão das relações de raça no Brasil

mediante a produção acadêmica de uma emergente *intelligentzia* negra, a ele vinculada ao menos no plano das idéias, fortemente concentrada na área de ciências sociais (o que se deve, ao menos em parte, à maior facilidade de acesso aos cursos de sociologia, antropologia e ciência política, por exemplo, do que aos de engenharia, medicina ou direito) e com um grande apetite pelo tema de relações raciais. Essa *intelligentzia* tem atuado em algumas áreas importantes.

A primeira delas é, obviamente, a própria academia, que alimenta teoricamente as demais, ao mesmo tempo em que é por elas estimulada. O aumento da participação negra nessa área pode ser avaliado pelo volume e qualidade de títulos publicados por esses intelectuais, e pela própria realização de eventos como os Congressos Brasileiros de Pesquisadores Negros, cuja terceira edição teve lugar em setembro de 2004 na cidade de São Luís, com a participação de aproximadamente 450 mestres, doutores, mestrands e doutorandos. Com isso, os negros assumem aquilo que o consagrado intelectual paquistanês Homi Bhabha chama de “agência discursiva”. Ou seja, passam a falar em seu próprio nome, sem necessi-

dade de tradutores, intérpretes ou outros intermediários.

Em seguida, vem o movimento social propriamente dito, onde esses intelectuais atuam elaborando e executando projetos, apresentando propostas de políticas públicas e estabelecendo alianças e articulações nos planos nacional e internacional. A terceira área de atuação dos intelectuais negros são os partidos políticos e as agências governamentais, onde as propostas se transformam em plataformas partidárias e programas de governo. A participação na quarta área, os sindicatos e associações de classe – instituições que costumavam ser refratárias ao discurso do Movimento Negro –, fornece a estrutura e o apoio de organizações com presença e articulação no âmbito nacional e internacional.

A mesma estrutura é encontrada na quinta área de atuação da intelectualidade negra, a área religiosa, envolvendo tanto as igrejas cristãs quanto as religiões de origem africana. Tudo isso se dá em articulação com uma sexta área, que é a dos organismos internacionais, como a UNESCO, o PNUD e a OIT, e também o BID e o Banco Mundial, em que intelectuais afro-brasileiros têm atuado por meio de projetos ou

mesmo como funcionários ou consultores. Exemplo dessa atuação foi a participação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada três anos atrás na cidade sul-africana de Durban, em que as pressões do movimento negro, articulado nacional e internacionalmente, resultaram na construção de uma proposta que contemplava amplamente as suas reivindicações.

Nos últimos anos, propostas do Movimento Negro têm sido adotadas pelo Brasil afora, em âmbitos federal, municipal e estadual. É o caso particular da ação afirmativa – infelizmente reduzida a um de seus instrumentos, a política de cotas –, que vem sendo implementada com vistas à promoção da igualdade de oportunidades na educação superior e no mercado de trabalho.

Independentemente, porém, dos resultados materiais que dela possam advir, a ação afirmativa tem causado um impacto saudável, na medida em que, graças a ela, setores dos mundos intelectual e político até então avessos à discussão da questão racial têm sido obrigados a vir a público em defesa de suas posições.

Neste momento, os olhos desses estudiosos, as-

sim como os dos militantes e aliados, têm seu foco no STF, onde será julgada a ação direta de inconstitucionalidade movida, contra a lei que instituiu cotas nas universidades públicas do Rio de Janeiro, pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Se a lei passar no Supremo, estarão abertas as portas a um verdadeiro arsenal de possibilidades de mobilidade ascendente para os afro-brasileiros. Se, no entanto, outro for o entendimento do STF, será necessário trilhar caminhos alternativos – incluindo denunciar o Brasil perante as cortes internacionais pelo descumprimento de convenções de que o país é signatário. Nada aponta, porém, para o arrefecimento do entusiasmo dos que têm dedicado a essa causa nada menos do que suas próprias vidas.

**Jornalista, mestre em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense.*

Receba o Ìrohìn em casa!

Peça sua assinatura gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra.

Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 /

CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou para irohin@terra.com.br

15
ANÁLISE

A relevância do combate ao racismo no contexto internacional

Carlos Moore Wedderburn*

O Brasil precisa eliminar as desigualdades raciais se pretende ampliar suas possibilidades diplomáticas e estratégicas no século XXI.

Tudo indica que o século XXI será marcado não pelo confronto entre ideologias, como o foi o século XX, mas pela crescente incompatibilidade entre as intransigências hegemônicas de um punhado de nações globalmente domina-doras e as ambições multipolares de um mundo de nações emergentes que aspiram à democratização da ordem internacional¹. A constituição de um eixo de nações emergentes capazes de assumir a defesa da sua soberania nacional e de influir sobre as grandes decisões que irão reger a ordem planetária neste século XXI é uma imperiosa necessidade.

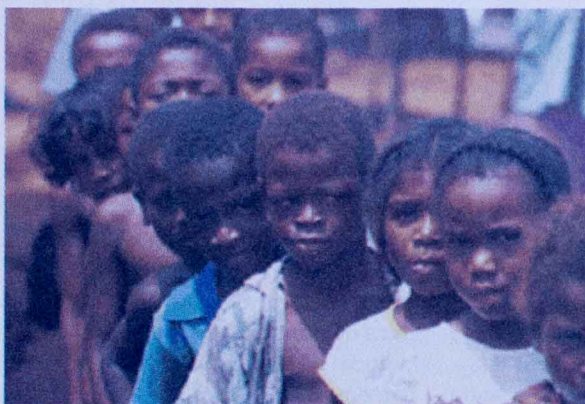
Em planos estritamente geopolíticos, a chamada comunidade internacional está composta por 191 países, mas é liderada por uma ínfima minoria destes. De maneira esquemática, se levássemos em conta os interesses geoestratégicos que estes defendem em comum, o poder de defesa e de ataque que possuem, assim como a capacidade de penetração econômico-comercial global que exercem, poderíamos desmembrar os países em três categorias tipológicas bastante diferenciadas. Para a conveniência da discussão, falemos de três blocos: "A", "B" e "C".

O bloco "A", chamado geralmente de "Primeiro Mundo", está constituído por 30 países liderados pelos Estados Unidos, e, além deste, compreende toda a Europa, o Japão, a Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Israel. Observa-

se a coincidência que, exceto o Japão, todos os países desse núcleo são de civilização européia.

O bloco "A" engloba o conjunto de países industrializados, detentores da mais alta tecnologia, caracterizados por economias envoltas e protegidas por um poderio bélico sem igual na história da humanidade. Trata-se de um mundo hegemônico no que diz respeito ao controle dos recursos naturais do planeta e domínio dos assuntos do globo. Estes países atuam através de uma complexa rede de organizações internacionais ditas multilaterais. Porém existe uma barreira intransponível entre os interesses estratégicos globais deste bloco e o restante da comunidade internacional por ele dominada.

O bloco "B", constituído pelos chamados "Países



Emergentes" e informalmente encabeçado pela China, é composto por 13 países. Inclui: Índia, Paquistão, Turquia, Irã, Egito, África do Sul, Brasil, Coreia do Norte, Coreia do Sul, México, Argentina e Chile. Observa-se que os países desse bloco, sem exceção, são multiétnicos, multirraciais e multiculturais.

Trata-se de países semi-industrializados, antigas colônias da Europa, mas de alta tecnologia e alto nível de desenvolvimento científico, protegidos por um poderio bélico real ou potencialmente concreto, que os países hegemônicos não podem de modo algum ignorar. Esses países caracterizam-se por serem sociedades de economias predominantemente rurais, nas quais prevalece um alto índice de pobreza socioeconômica, de desigualdades sociais e de iniquidades de

tudo tipo (raciais, étnicas, de casta, de gênero, etc.).

O bloco "C", conjunto de 148 países, abrange os chamados "Países Subdesenvolvidos" e representa a maioria esmagadora da comunidade internacional. Trata-se de ex-colônias totalmente dependentes da agricultura, com baixos índices de industrialização, exportadores de matérias-primas e importadores de produtos manufaturados. Congregam os mais altos índices de pobreza socioeconômica e desigualdades sociais, além de baixíssimos índices de escolaridade, assim como de iniquidades de toda ordem.

Pertencem a este bloco "C" todos os países da África (com exceção da África do Sul e do Egito), todos os países do Oriente Médio (exceto Irã e Turquia), todos os países da Ásia meridional (exceto a Índia e o Paquistão), todos os países da América Latina (com exceção da Argentina, do Brasil, do Chile e do México), todos os países do Pacífico Sul (exceto Austrália e Nova

Zelândia) e todos os países do Caribe e do sudeste asiático.

Embora majoritárias, por causa da sua inferioridade sócio-econômica e bélica, essas nações não poderão desempenhar um papel importante nos assuntos do mundo, a menos que se estabeleça uma estreita cooperação entre elas e uma vinculação estratégica com o bloco "B". Enquanto países periféricos, os interesses fundamentais dos blocos "B" e "C" se completam concreta ou implicitamente, existindo, porém, uma dependência recíproca em termos geoestratégicos.

Essas considerações resultam, também, em dois fatos lógicos interligados. O primeiro é que é uma insensatez, em termos estritamente políticos, os países do bloco "B" perseguirem interesses próprios em detrimento dos países do bloco "C". O segundo consiste na imperiosidade de estabelecer maior base de confiança recíproca entre os dois blocos, único ingrediente capaz de sustentar uma aliança durável entre eles para lidar com as realidades do mundo contemporâneo.

Por enquanto, no bloco "B", só a China, a Índia, o Irã, a Turquia e o Brasil possuem um perfil estratégico

mínimo para pretender, eventualmente e num futuro próximo, um papel de liderança num futuro bloco de "nações emergentes". Mas nesse núcleo restrito de Estados dotados de um perfil mínimo capaz de colocá-los na posição de porta-voz para um mundo multipolar, é o Brasil que congrega a maior gama de fatores propícios. Nação multiétnica e multirracial, de tendências políticas democráticas, sem tradições, ambições ou reflexos hegemônicos aparentes, nem alianças constrangedoras, o Brasil infunde confiança para o mundo. Mas as enormes disparidades sociais que o afligem e o tenaz racismo estrutural que ainda o aprisionam inviabilizam esse potencial.

Existe uma nítida correspondência entre as assimetrias que afetam a ordem internacional, baseada na hegemonia planetária de um punhado de países poderosos, industrializados e altamente militarizados, e as assimetrias sócio-raciais internas dos próprios países

que desafiam esta ordem. É o caso do Brasil, dividido em dois: um Brasil de origem européia, cuja visão, poderio e riqueza o colocam automaticamente dentro do "Primeiro Mundo" hegemônico, e outro Brasil de origem africana, cuja visão, pobreza e patrimônio cultural o empurram para o bloco dos países denominados "subdesenvolvidos" segundo conceitos eurocêntricos. Sem embargo, é através desse Brasil negro, pobre e subalternizado que o Brasil *como um todo* poderia estabelecer nexos e parcerias permanentes no século XXI capazes de alavancá-lo a uma posição de influência mundial.

Nesse sentido, a implementação da lei sobre o ensino obrigatório da História da África e dos afrodescendentes, assim como as políticas públicas de ação afirmativa em favor destes e dos indígenas, convergem com as preocupações estratégicas nacionais, além de incidir positivamente sobre o fortalecimento das estruturas democráticas do país. O robustecimento da

competitividade econômica e a ampliação do espaço de ação política do Estado brasileiro no âmbito internacional apresentaram-se de maneira mais positiva neste cenário. Estas preocupações políticas e econômicas constituem condição *sine qua non* para o maior peso do Brasil nas negociações internacionais multilaterais, e, portanto, na defesa dos interesses da nação.

A eliminação das estruturas históricas lastreadas nas iniquidades raciais internas, ao tempo que estabelecem as bases para uma nova sociedade alicerçada no respeito à cultura e à história do componente de origem africana, converter-se-á num fator de suma importância política na pretensão do Brasil de se erguer, no século XXI, ao status de potência internacional. O caráter multiétnico e multicultural do Brasil torna-se assim uma potencialidade política no marco de uma estratégia de "advocacia" de um mundo multipolar que concilia vias alternativas de desenvolvimento humano.

A busca da diversidade, da "multipolaridade" no século XXI equivale à busca de um norte civilizatório. Portanto, a luta contra o racismo é inseparável da consecução de uma ordem de justiça e de equidade, tanto no ambiente internacional como no interior das nações. A busca da diversidade no plano doméstico é, por via de consequência, um fator de relações internacionais, na medida em que amplia as possibilidades diplomáticas e estratégicas de um país. No caso específico do Brasil, as reformas empreendidas no campo sócio-racial, embora ainda modestas, contribuem para aumentar o espaço de credibilidade política e de confiança que nele possam depositar as nações do "Terceiro Mundo", majoritárias na comunidade internacional.

Nestes termos, o ensino da História da África e dos afrodescendentes brasileiros, assim como a generalização das políticas públicas de ações afirmativas - empreendimentos que tendem a potencializar o empoderamento dessa po-

pulação - contribuem, em curto e em longo prazo, para o reforço dos vínculos entre os interesses estratégicos da nação e a afirmação positiva de uma das suas identidades constitutivas. Essa luta em prol da coesão nacional constitui uma imperiosa tarefa da qual nenhum país poderá prescindir no mundo contemporâneo, especialmente aqueles países periféricos com pretensão de evoluir de maneira autônoma.

**Doutor em Ciências Humanas e Doutor em Etnologia pela Universidade de PARIS-VII (França). Professor de Relações Internacionais. Chefe de Pesquisas na Escola para Estudos de Pós Graduação e Pesquisa da Universidade do Caribe (UWI), Kingston, Jamaica.*

1. Ver neste sentido: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia. Uma contribuição ao estudo de política internacional.** São Paulo: Contraponto Editora e Editora da Universidade de Rio Grande do Sul, 1999.

Números do Atlas: todos manipulam



Há iniciativas que é preciso elogiar. Outras, não; já vem com elogio pronto.

No dia 1º de dezembro de 2004, houve lançamento, em Brasília, do Atlas Racial Brasileiro, um banco de dados eletrônico, reunindo 106 indicadores sobre demografia; saúde (condições e acesso a serviços); saúde reprodutiva; família e domicílio; educação; trabalho e renda; e cobertura trabalhista e previdenciária.

"O mérito dessa iniciativa", segundo reivindicam, vale dizer, os próprios autores, "reside em dar visibilidade e tornar acessíveis informações que, apesar de se originarem de bases públicas de dados, permaneciam fora do alcance geral".

Resultado de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Centro de Desen-

volvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais, o Atlas mostra que nada mudou, em essência.

Persiste a desigualdade na expectativa de vida de negros e brancos. 65% dos pobres e 70% dos indigentes são negros. As crianças negras de até um ano continuam a morrer mais que crianças brancas. As crianças negras, na verdade, têm chance 66% maior de morrer durante o primeiro ano de vida.

"Com dados do Censo", disse naquele dia a matéria do Jornal Nacional, da TV Globo, "o Atlas Racial mostra que a mortalidade infantil caiu nos últimos 10 anos, tanto entre as crianças brancas, quanto entre as filhas de mulheres negras".

Pois é, a TV "manipulou", a gente vê.

Mas como chamar de outra coisa ao que fazem os pesquisadores que se jactam de "dar visibilidade" ao show de horror materializado nas estatísticas de "desigualdade racial", sem mencionar a palavra racismo uma única vez?

PFL questiona direitos Quilombolas

Foto: Daniel Cardoso

No dia 25 de junho de 2004, o PFL (Partido da Frente Liberal) propôs uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) junto ao Supremo Tribunal Federal, contra o Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade tem como pedidos a declaração da inconstitucionalidade do Decreto e a concessão de medida cautelar **inaudita altera pars**, em vista do excepcional urgência e risco de dano à segurança jurídica. Ou seja, tendo em vista o interesse público maior, requer-se que o Tribunal reconheça a urgência e defira a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou o ato normativo impugnado.

Essa peça elaborada pelo PFL dá a dimensão do grau de resistência de uma bancada ruralista conservadora e que não pretende abrir mão de seus privilégios facilmente. Não há como subestimar a força e a habilidade desse campo da direita em se perpetuar no poder e conservar suas aquisições históricas. Estamos, definitivamente, diante de uma batalha de gigantes. Só nos resta enfrentá-la acreditando, mais uma vez, em nossa capacidade de superação.



Alcântara: uma história de genocídio

Carlos Benedito Rodrigues da Silva*

A violência não é minha área de estudo, eu nunca me dediquei a ela como tema de pesquisa ou de estudo sistematizado. Entretanto, tenho convivido com ela em minha trajetória de vida pessoal e de militância, enquanto representante de um segmento da população brasileira que, historicamente, tem vivenciado situações de violência em diversas instâncias da vida social.

Em geral, se fala da violência como sinônimo de medo e insegurança da população dos grandes centros urbanos, atribuindo-se aos excluídos em geral a responsabilidade pela prática da violência, como se esta fosse originada no próprio indivíduo. Nesse sentido, os cidadãos e cidadãs "de bem", estariam à mercê de indivíduos "que têm propensão à violência".

Esse argumento é utilizado no senso comum, por vários segmentos sociais, mas é resultante da própria ciência, que produziu conhecimentos com status de verdade científica, sobre a índole violenta de alguns indivíduos, especialmente, ligados aos grupos subalternizados da sociedade. Segundo Gilberto Velho (2000:11), "vida social, em todas as formas que conhecemos na espécie humana, não está imune ao que se denomina no senso comum de violência, isto é, o uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra outros" (Cidadania e violên-

cia. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/FGV, 2000, p. 11).

Nesse sentido, violência associa-se à idéia de poder e se refere não somente ao uso da força física, mas à possibilidade ou ameaça de usá-la como imposição da vontade, desejo ou imposição de um ator sobre o outro. A solução para os problemas, gerados por esse tipo de violência, é de responsabilidade da polícia.

Ora, mas não é essa violência gerada nos centros urbanos uma consequência de processos anteriores, da concentração de renda, do não acesso às políticas públicas, e da exclusão dos grupos humanos, dos direitos de cidadania e justiça? Essa categoria de violência é praticada pelo Estado. E é sobre essa autoridade do Estado, como legitimador da prática da violência que pretendo refletir, remetendo-me aos grupos afro-descendentes no Brasil. Mais especificamente, aos afro-descendentes das comunidades quilombolas do município de Alcântara, no Maranhão, onde a violência praticada pela escravidão adquire novas roupagens, invisibilizando os grupos humanos, descendentes de escravos que lá permanecem, dos direitos de cidadania, em nome do desenvolvimento.

Situada a 22 quilômetros de São Luís, com acesso marítimo através da Baía de São Marcos, Tapui Tapera era o nome dado à atual cidade de

Alcântara, pelos índios tupinambás, que habitavam a região até o século XVI, quando os franceses chegaram e ali permaneceram até 1616, depois chegaram os portugueses. Alcântara foi fundada em 1648, com uma economia baseada no algodão e na cana-de-açúcar, o trabalho era feito por escravos. Em 1759, sob a administração do Marques de Pombal, as fazendas dos Jesuítas foram confiscadas e vendidas a particulares, As ordens Religiosas dos Carmelitas e Mercedários permaneceram até o final do século XIX e depois foram repassadas à Igreja e ao Estado, gerando as comunidades tradicionais.

As Comunidades Negras Rurais de Alcântara constituem territórios étnicos, construídos ao longo de vários anos de resistência, por grupos descendentes de negros escravizados que vivem na região, desde o período colonial. Grande parte desses territórios está sendo desapropriada para a implantação da Base de Lançamento. São cerca de 3.600 famílias atingidas. A área que o governo do Maranhão pretende desapropriar foi dividida em duas. A Área I é considerada "Área de Segurança" corresponde a 16 mil hectares. A Área II é destinada à moradia dos oficiais e técnicos do Centro de Lançamento (CLA), a um aeroporto e à construção de Agrovilas, para onde serão deslocadas as famílias quilombolas.

Já foram deslocadas 312 famílias de 32 comunidades. O deslocamento das famílias causa destruição drástica em suas

formas de vida, organização social, trabalho, etc. São populações que organizam sua vida em relações de solidariedade e reciprocidade, expressas, entre outras coisas, no cotidiano do trabalho das roças, no cuidado com as crianças e nas lutas para garantir a permanência nas terras. Nas agrovilas para onde foram remanejadas, as famílias não terão as mesmas condições de reproduzir essas relações socio-culturais nem afetivas, pois a intermediação do Estado instaura uma outra ordem de conflitos, que não contribui com a restauração da ordem social e bloqueia a possibilidade de construção da reciprocidade necessária à manutenção das relações sociais.

Os conflitos se tornam insolúveis, pois são misturadas diferentes famílias em um mesmo lugar, os jovens dessas comunidades migram forçosamente para São Luís, e, por falta de trabalho, acabam caindo nas drogas ou na prostituição. Nas agrovilas para onde são relocadas, as famílias não têm condições de plantar nem de pescar, as roças e rios ficam distantes, e durante os lançamentos a pesca é proibida. Entre as graves consequências de im-



plantação da Base para as populações quilombolas, podem ser arrolados, além do êxodo rural, com a formação de palafitas e bairros de ocupação, em condições precárias na Capital, a destruição ambiental na região, indenizações irrisórias para as famílias deslocadas, que perderam suas roças e não podem formar outras, proibição de construção de novas casas para os filhos que se casam, distanciamento em relação aos cemitérios, onde estão enterrados os familiares.

Bem, são elementos drásticos que mostram os descasos do governo brasileiro com as populações afro-descendentes. A partir de 1987, o Centro de Cultura Negra do Maranhão-CCN - engajou-se na luta de resistência e denúncia contra o CLA, até então uma luta solitária das famílias quilombolas, e de alguns moradores da cidade, embora entre alguns os engodos dos benefícios veiculados pelas propagandas de implantação do CLA, causassem efeitos positivos, o que dificultava mais as mobilizações contrárias.

Em novembro de 1982, os integrantes do Centro de Cultura Negra do

Maranhão, realizando atividades de esporte, lazer e conscientização na área palafitada do Bairro da Camboa, em São Luís, constataram que a maioria dos moradores do bairro já era oriunda dos deslocamentos de Alcântara. Em novembro de 1992, ao retornar àquela área, na tentativa de, novamente, realizar as mesmas atividades, a frustração foi dramática, pela constatação de que os jovens, e adolescentes masculinos, com quem a entidade

havia trabalhado em 1982, transformaram-se em "marginais", e quem não estava preso, estava morto, pelas disputas de gangues ou assassinados pela polícia.

As meninas tiveram duas opções, quem não estava trabalhando como empregada doméstica, estava também envolvida com a prostituição ou com a marginalidade das ruas. Essa é uma situação dramática que envolve grande parte da juventude negra que se desloca das áreas rurais. As comu-

nidades quilombolas vivem constantes conflitos pela manutenção de suas terras. Devido a esses conflitos, pela falta de trabalho e pelo sonho de encontrar situações melhores, muitas famílias se deslocam ou enviam seus filhos para São Luís.

Como o Estado não assegura oportunidades de acesso aos bens e serviços e não garante políticas públicas para a população, os quilombolas enfrentam as maiores dificuldades de adaptação ao ritmo da vida urbana e acabam caindo

no subemprego ou na marginalidade.

A questão de Alcântara, portanto, se torna nacional e internacional, pois as comunidades quilombolas que lá vivem foram agredidas em seus valores humanos, não foram reconhecidas em seus direitos, enquanto grupos e territórios étnicos, construídos por ancestralidade, por representações culturais, por organização social específica, pelas relações com a posse e uso das terras, etc. São invisibilizados nesse processo que

lhes nega o reconhecimento da humanidade, é como se não existissem. Não é um grande paradoxo, que o próprio Estado que desapropria, exclui e viola os direitos da população, promova ações de aparelhamento da polícia para conter a violência praticada por aqueles a quem ele mesmo excluiu dos direitos de cidadania?

**Professor no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão e associado ao Neab/UFMA*



A revista acima conta a história da agência "Africa", de Nizan Guanaes. Ele diz que cansou de nomes de agências que são consoantes misturadas e são todas brancas. Quis fazer a diferença no nome, na imagem, e nos procedimentos. No final da revista, um ensaio fotográfico reúne personagens negros famosos (também por sua submissão), que cederam suas imagens maravilhosas em favor da... miscigenação. Deu pra entender?

Africa é Assolan, então eles fotografam uma mulher negra com cabelo trançado de palha de aço. África é Itaú, África é 51, África é Brahma, e vai por aí. Na agência de Nizan, em que parece só a recepcionista é negra, a equipe é "africana", inclusive o colaborador norte-americano, que faz previsões e cenários de seu escritório em Nova Iorque, os corredores são "africanos", os adereços foram garimpados em África por um decorador que tem uma cadela preta chamada... África. O texto se interroga: "A cadela de Sig leva o nome da agência ou a agência leva o nome da cadela?" Tudos e todos são Africa, mas nada é África. Uma tapeação que não se constrói sem o aval de modelos negros, de personalidades negras, uma tapeação que se apóia neles, é construída com eles. Um cenário de pesadelo e desesperança.

Habeas Corpus liberta africano

O clandestino africano Ilke Morris, na sede de Adami Advogados Associados, no momento de sua libertação, em face de habeas corpus impetrado por Abdias Nascimento e dez entidades do movimento negro, contra o juiz federal do Rio, o delegado de polícia federal, e o presidente do CONARE - Conselho Nacional de Refugiados Políticos, do Ministério da Justiça.



Oriundo de Serra Leoa, Ilke foi no trazido ao Brasil no porão de um navio, juntamente com outros africanos. Salvo por um barco de pescadores brasileiros, passou 100 dias no presídio Ary Franco, até que liminar intentada pelo IARA - Instituto da Advocacia Racial e Ambiental e demais instituições deixou-o em liberdade vigiada sob responsabilidade do MNU-RJ.

Na foto, aparecem Raimundo Santa Rosa (MNU-RJ), Ilke Morris, o advogado Humberto Adami e Moises Costa, que obtiveram a confirmação da liminar em dezembro último junto ao Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, inaugurando um novo ciclo nas ações dos clandestinos africanos. Material disponível em www.adami.adv.br.

A força das entidades negras católicas

Antes do Fórum Social Mundial, vai realizar-se em Porto Alegre, no Salão Paroquial da Igreja Santo Antônio do Partenon, nos dias 21, 22 e 23 de janeiro, o IV Congresso Nacional das Entidades Negras Católicas. Prevista a participação de 600 delegados, provenientes de 17 estados. O tema do IV Congresso é "Negras, Negros e Inclusão Social", apoiado no lema "Em Cristo, promovendo a Inclusão".

A Pastoral Afro-Brasileira dá uma demonstração de sua força de mobilização e, nas palavras de Dom Gilio Felício, reafirma seus compromissos com a auto-estima do dom de Deus presente na negritude, a luta contra o racismo e a discriminação, o diálogo cultural, ecumênico e inter-religioso com os valores afro-descendentes, a inclusão de negras e negros no processo de cidadania a pleno título e a inculturação da Ação Evangelizadora da Igreja, facilitando a promoção da pessoa, a renovação das comunidades e o mutirão da construção de uma sociedade justa e solidária.

A conferência de abertura será proferida pelo senador Paulo Paim e espera-se que o IV CONENC referenda a decisão do encontro de Bispos, Padres e Diáconos negros, realizado em Goiânia, em julho do ano passado, favorável à construção da Marcha Zumbi + 10.





Chico Buarque

Sueli Carneiro*



Dizem que os poetas são os arautos do mundo que, como antenas parabólicas, captam e antecipam o devir. Se verdadeira essa percepção, tempos ainda mais tenebrosos se aproximam no Brasil, sobretudo para os historicamente excluídos. O autor da nova profecia é nada menos que Chico Buarque de Holanda, que sabe o que diz e de que lugar o faz.

Como um elemento de fronteira ou tradutor social, Chico fala do alto de seu duplo pertencimento: a uma elite da qual faz parte e que conhece por dentro, e a um povo cujas dores e aspirações aprendeu, por opção e sensibilidade social, a interpretar. A entrevista de Chico ao jornal "Folha de S. Paulo", em 26/12/2004, impressiona pelo que informa para o "andar de baixo" sobre o *modus pensantis* e *operandis* de nossas elites, sobre as quais o compositor se detém criticamente como um infiltrado que nos traz notícias de um outro mundo, distante e, ao mesmo tempo, determinante de nossos destinos.

Para Chico, "Na alta classe média, assim como já houve um certo esquerdismo de salão, há hoje um pensamento cada vez mais reacionário, com tintas de racismo e de intolerância impressionantes." Curiosamente, um dos principais argumentos dos que combatem as cotas como instrumento para a democratização do acesso de negros às universidades é a alegação de que tal política contém o risco de racialização das relações raciais e promoção do conflito racial. É gente da elite intelectual do país que silencia diante do processo de radicalização conservadora e racista apontado por Chico, no qual a inclusão racial está descartada.

O recado de Chico aos de baixo é sintético e tem o Rio de Janeiro como metáfora, para nós negros, de algo que se processa impunemente e com espantosa indiferença nas periferias de todas as cidades brasileiras, principalmente contra os jovens negros. Afirmo Chico: "*Querem exterminar os pobres do Rio*".

Sim, algo se move na sociedade brasileira, é o fim dos simulacros. O mito da democracia racial esgotou as suas possibilidades de ocultar um conflito racial que opõe o morro ao asfalto, a periferia ao centro, o Brasil branco ao Brasil negro de todos os matizes. Das falas de Chico, na entrevista da Folha, se depreende que prosperou entre parcelas das classes abastadas um desdém que permite que hoje racismo e intolerância possam se mani-

festar libertos da etiqueta social politicamente correta construída por Gilberto Freire.

A máscara de harmonia forjada para se interpor entre Casa Grande & Senzala está trincada, mais que isso, já não é necessário mantê-la ou remendá-la. De acordo com Chico, "... enfim, ser reacionário se tornou de bom-tom (...) *Boutades* às vezes racistas, preconceitos de classe, manifestações de desprezo mesmo pelos mais pobres se tornaram algo muito comum e socialmente valorizado."

A violência urbana torna-se argumento legitimador de um sentimento e de uma atitude seculares de descompromisso social e justifica a defesa de práticas de extermínio para que se preservem as pessoas "de bem" ou, como preferem outros, em defesa dos "humanos direitos" no lugar dos direitos humanos.

Assim, conforme Chico, "o medo da violência na classe média se transforma também em repúdio não só ao chamado marginal, mas aos pobres em geral, ao sujeito que tem um carro velho, ao sujeito que é mulato, ao sujeito que está mal vestido."

O niilismo, que se vem ampliando com o avanço de uma ordem neoliberal globalizada, predatória e injusta, endurece corações e mentes, desqualifica a solidariedade, ridiculariza valores que governaram a modernidade. A força do dinheiro como fundamento de uma existência privilegiada impõe-se sobre a ética. É um mundo onde só há lugar para "vencedores" e em que os "vencidos" perderam a sua função de produtores de *mais-valia* e migraram para o espaço do descartável.

Não havendo horizonte de inclusão de todos, nem crença nas utopias malogradas, chega-se à inevitabilidade da conclusão de que o mundo não é para todos, de que nesse mundo os vencidos constituem ameaça aos vencedores, e que a lei do mais forte deve prevalecer como condição de sobrevivência. Livres de uma ética humanista e de uma consciência moral, os donos do poder manifestam suas razões mais profundas cada vez com menor pejo, porque a moral da época permite que o poder expresse com crueza absoluta seu desejo de permanência exclusivista. Proliferam cada vez na mídia exemplos de um narcisismo perverso. Como um dos traços marcantes dessa nova

"ética", Chico identifica "toda essa indústria de glamorização, de quem pode, de quem ostenta, de quem torra dinheiro".

É também ceticismo e medo o que Chico expressa na entrevista, em relação a mudanças de curto e médio prazo de uma realidade que se move na direção do esgarçamento do tecido social e da degradação de valores que poderiam reforçar a convivência social. No lugar do humanismo social, o darwinismo social.

Há ainda, na entrevista, lembretes para o governo Lula, ao evidenciar que, na confiança dos ambientes em que a elite pode se manifestar à vontade, permanecem, a despeito do contentamento com a ortodoxia econômica do governo, as opiniões que expressam, conforme Chico, "(...) vergonha de ter um presidente como Lula, um operário, um sujeito com um dedo a menos e que fala errado. Uma vergonha de ver o Lula representando o país lá fora. Percebo isso em gente próxima." E persiste, entre eles, a esperança de poder em breve poder dizer novamente: "enfim, um de nós".

Mas como nada é perfeito, o poeta não ousa nomear, a não ser de forma indireta, a questão racial imanente em vários de seus exemplos sobre a crise social e de sociabilidade do país. A crítica de Chico adjetiva, como era de se esperar, o *apartheid*, submetendo-se também à expressão *apartheid social*, preferida por 9 entre dez intelectuais e artistas de esquerda, para escapar ao reconhecimento da apartação de natureza racial que divide o país e configura a problemática social e o lugar da negritude para a radicalização democrática que a nossa realidade exige. E que está expressa nos mulatos, raps e pobres que Chico nomeia, mas aos quais recusa reconhecimento como sujeitos coletivos demandadores de direitos, portadores de uma identidade específica que determina sua exclusão.. Prefere diluí-los no *apartheid social*, expressão por excelência de nossa recusa em reconhecer o fato racial. A ópera do malandro simpático de Chico foi substituída pelo grito de guerra do rap, os quatro Pês: *Poder Para o Povo Preto*. Oxalá possa seu neto Francisco inspirar-lhe essa nova canção.

* Doutoranda em filosofia da educação/USP e diretora de Geledés - Instituto da Mulher Negra.



Corrupção – a responsabilidade do agente público

Elisabete Lopes Cardoso*

Fórum de combate à corrupção reafirma necessidade de articulação dos órgãos de controle externo e interno da administração pública e destaca importância do controle social

Nos dias 13 e 14 de dezembro de 2004, realizou-se em Brasília o I Fórum de Combate à Corrupção, promovido pela Editora Fórum com o apoio da Controladoria Geral da União, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, Tribunal de Contas da União – TCU, Superior Tribunal Federal – STF, Departamento de Polícia Federal – DPF, Organização Não-Governamental Transparência Brasil, Ministério Público da União, Advocacia Geral da União e da Controladoria Geral da União – CGU.

Registrou-se a presença de servidores de 20 (vinte) Tribunais de Contas dos estados, além de representantes de Procuradorias Estaduais, membros da Procuradoria da República e do Supremo Tribunal Federal, entre outros, contabilizando quase 300 participantes, numa demonstração de interesse e preocupação quanto ao tema em questão.

Os temas discutidos versaram sobre moralidade administrativa, avanços e deficiências na luta contra a corrupção e a responsabilidade do agente público, todas as discussões, de algum modo, salientando aspectos da moralidade e da ética dos indivíduos no trato das questões públicas.

Cármen Lúcia Antunes Rocha, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, responsável pela palestra de encerramento, destacou que sem ética não há Estado de direito nem democracia. Enfatizando ainda que precisamos rever, até doutrinariamente, o conceito de administração

pública democrática, pela exigência ética, que somente a transparência previne a corrupção e que a *Res Pública* não deve tornar-se *cosa nostra*.

Num contexto recente, verifica-se que, na busca de uma nova estrutura estatal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal –, que focaliza o desempenho governamental e a responsabilidade e dever de prestar contas ao cidadão, introduz nova cultura fiscal no país e impõe mudanças de comportamento na administração pública.

Evidencia-se, assim, a necessidade de controles mais efetivos, superiores aos instrumentos formais utilizados, circunscritos aos aspectos de legalidade dos atos, mas ampliando-se para que possam contribuir para a eficiência e eficácia da administração pública. De outro lado, esta nova cultura fiscal do país obriga a um novo posicionamento do controle externo a ser exercido pelos Tribunais de Contas como órgãos auxiliares do Poder Legislativo.

A pergunta essencial é: a sociedade tem conhecimento de como funcionam os Tribunais? Na realidade, pouco se conhece das ações desses órgãos, com destaque apenas para o Tribunal de Contas da União que, pelas demandas advindas do Congresso Nacional, bem como pelo processo de modernização nas ações de fiscalização, tem disponibilizado, em questões pontuais, a publicação de suas decisões para a sociedade.

As informações necessitam ser disponibilizadas

aos cidadãos, em tempo real, numa estrutura de comunicação em rede nacional, que permita a integração entre os Tribunais, disponibilizando o resultado de seus trabalhos e das decisões proferidas.

No âmbito federal, em um período mais recente, têm sido divulgadas ações efetivas no combate à corrupção, a partir de uma atuação mais ostensiva do controle interno, a cargo da Controladoria Geral da União. Como consequência, a ação do TCU também se mostrou mais eficaz. As informações apresentadas pela CGU no I Fórum de Combate à Corrupção ressaltaram as iniciativas desenvolvidas, no âmbito do controle interno da União, com vistas a estimular a efetiva participação cidadã, através da mobilização e capacitação de lideranças e conselhos sociais; cartilhas e o portal da transparência. Destacou-se, ainda, convênio com o TCU visando parceria na atividade de controle e se pensa, em futuro próximo, na criação de um “Conselho da Transparência Pública e Combate a Corrupção”.

Evidente que os órgãos de Controle interno e externo precisam atuar de forma mais integrada, para alcançarem seus objetivos institucionais, desenvolvendo inclusive ações preventivas, possibilitando detectar os fatos antes de sua consecução.

Os meios de comunicação, nos últimos tempos, têm veiculado com frequência situações escancaradas de desvio de recursos, de formação de quadrilha com

envolvimento de segmentos importantes do setor público. Os poucos casos trazidos à tona exibem provas de ações delituosas praticadas em diversos organismos públicos, com tentáculos fortalecidos na própria máquina governamental ao longo de muitos anos. E o que é mais grave: com contas julgadas regulares pelos Tribunais, que concederam um verdadeiro “aval” aos gestores dessas contas.

Nesse momento, a sociedade se interroga, perplexa: qual a ação efetiva dos órgãos de controle e dos Tribunais de Conta? Por que o resultado de seu trabalho não minimiza os desmandos verificados? Efetivamente, de modo geral, o corpo técnico dos Tribunais é qualificado, as instruções realizadas pelos Tribunais são de boa qualidade, os relatórios de auditoria são fontes boas de subsídios, entretanto as decisões não têm um resultado efetivo.

As auditorias realizadas pelos Tribunais em sua esmagadora maioria, e, em particular, os Tribunais dos estados do Nordeste, evidenciam a vulnerabilidade dos Sistemas de Controle Interno das administrações estaduais e municipais, em sua maioria, inexistentes, não permitindo uma avaliação precisa das ações governamentais, restringindo ainda o escopo e a abrangência dos trabalhos efetuados.

Os recursos são repassados mediante celebração de contratos, convênios, acordos e ajustes, para execução das ações governamentais, através da terceiri-

zação de suas atividades, a centenas e centenas de Organizações Não-Governamentais. Entretanto, não são efetivados pela administração pública mecanismos de controle que assegurem acompanhamento e fiscalização na aplicação desses recursos.

Verifica-se, assim, como impeditivo para o exercício pleno de suas funções, a ausência de integração entre controle interno e externo. Este fato decorre da desagregação verificada no Sistema de Controle Interno, particularmente nos estados e municípios, estes últimos responsáveis por grandes desmandos na aplicação dos recursos públicos.

Prioritariamente, a avaliação do cumprimento das ações governamentais e de sua eficácia cabe ao controle interno, que deverá disponibilizar os resultados de suas análises ao controle externo, a fim de que este possa realizar uma avaliação adequada do ente auditado e diagnosticar as causas/efeitos da situação encontrada e exercer sua função constitucional.

Como se observa, é significativa a correlação entre os controles interno e externo, entretanto torna-se imperioso o olhar vigilante da sociedade sobre eles. Cabe à sociedade, obviamente, o exercício do controle social e somente poderá praticá-lo mediante a transparência dos resultados das fiscalizações exercidas pelos controles internos e externos.

**Auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.*

EVENTO

O governo Lula, o parlamento e a questão racial

Sérgio São Bernardo*



No Brasil atual, a luta anti-racista extrapola os modelos referenciados nas doutrinas da democracia racial, do classismo e da visão liberal. As experiências mais recentes dão conta de uma perspectiva inclusiva no campo dos direitos de cidadania, nos moldes da típica democracia européia e, ao mesmo tempo, a implementação de políticas públicas e de ações afirmativas num bom modelo liberal. Aqui, não se trata de saber se tais políticas têm ou não reduzido as assimetrias entre os desiguais no Sul do Atlântico e sim de indagar se temos, ainda, que nos debruçar sobre a necessária construção de um projeto para o negro no Brasil.

A tradição que interpreta o racismo e a pobreza como elementos estruturais do modelo societário brasileiro explica a exclusão de milhões de negros e negros da vida cidadã. Por isso, a referência da luta anti-racista e do direito à igualdade, construídos ao longo dos últimos anos, ainda são os vetores centrais que definem nossas ações na luta emancipatória na sociedade brasileira.

O presidente Lula, a despeito da fragilidade com que tem tratado o assunto – pela nítida ausência de centralidade na aplicação das políticas emanadas deste governo – tem possibilitado, para esta etapa da luta dos movimentos sociais negros, um razoável diálogo com algumas destas históricas demandas, ao reconhecer que o Brasil tem uma dívida histórica com o continente africano e com os afro-brasileiros. A criação da Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Raci-

al e o estabelecimento de embriões de políticas públicas visando à diminuição do racismo e da exclusão social demarca, sem dúvida, um novo entendimento no trato da luta anti-racista.

Podemos citar como as mais importantes a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da cultura e da história africana no sistema de ensino brasileiro; as parcerias interministeriais do programa Fome Zero; a parceria com a OIT para o programa Gênero, Raça e Pobreza; o Decreto n. 4887/03 que trata da regularização e titulação das terras dos Quilombos e o Programa Primeiro Emprego firmado com o Ministério do Trabalho.

No Parlamento, a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, a criação do Grupo Parlamentar Brasil-África e o já existente Núcleo dos Parlamentares Negros do PT-NUPAN, malgrado as limitações da ação parlamentar, cumprem um papel decisivo na conformação de uma bancada negra no Congresso Nacional, ao colocar na ordem do dia temas relativos à população negra. O debate sobre a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que poderá se tornar único em todo o planeta, por sua abrangência e alcance, conformando uma ação afirmativa global para o negro brasileiro, está em andamento. O projeto 3198/2002 de autoria do então deputado e hoje senador Paulo Paim tem sofrido revezes para sua aprovação. O texto do substitutivo está na mesa da Câmara dos Deputados para ser aprovado pelo Plenário.

A Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial do Congresso Nacional

Brasileiro – presidida pelo deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) convocou, em novembro de 2003, o I Encontro de Parlamentares Negros e Negras das Américas e Caribe, que culminou com a Carta de Brasília. Este evento contou com cerca de 200 pessoas, entre parlamentares dos países americanos (Brasil, EUA, Colômbia, Costa Rica, Equador, Panamá, Peru, Uruguai), membros da sociedade civil, das universidades movimentos e organizações sociais negros e populares. Foi a primeira vez em que parlamentares afrodescendentes se reuniram para discutir e apontar proposições para a cidadania negra no continente.

O NUPAN, inicialmente coordenado pelo deputado Luiz Alberto e, atualmente, pelo deputado João Grandão (PT/MS), tem pautado a consolidação de uma organização que represente os interesses da comunidade afro-brasileira no poder legislativo nacional. Nesta perspectiva, a realização do 1º Encontro Nacional de Parlamentares Negros - ENAPAN – em julho de 2001, tornou-se um momento ímpar na política nacional. A partir daquele momento, se consolidou melhor a idéia de uma representação parlamentar afro-brasileira em diversos municípios e estados do país.

No mês de maio de 2003, fruto de uma demanda identificada no Encontro Nacional de Parlamentares Negros, foi criada a Assessoria Técnica de Relações Raciais da Bancada Federal do PT na Câmara Federal, para acompanhar as demandas deste segmento no âmbito da bancada petista e,

em especial, o Núcleo de Parlamentares Negros do PT na Câmara e no Senado Federal. Aqui, surge mais um dilema entre os interesses das organizações negras e as vicissitudes típicas de um partido hegemônico por valores e regras calcados numa matriz eurocêntrica e etnocêntrica, ainda presa a ideais universalizantes e, portanto, defensores da idéia de identidade, mas não da diferença. A diferença do outro, quando aparece, tem que se subordinar ao monopólio do mesmo.

Mas, parlamento não é movimento social. Não podemos contar apenas com a trajetória de alguns poucos militantes da causa negra no Brasil no interior do Congresso Nacional para deflagrar a luta necessária. Para falar da contribuição do poder legislativo federal no resgate da dívida social para com milhões de negras e negros excluídos da vida nacional, temos que ser mais conclusivos em nossas proposições. Para tanto, é impossível falar de uma produção legislativa em favor da igualdade racial sem a pressão da sociedade civil brasileira, em especial os movimentos sociais negros.

Os negros brasileiros sempre buscaram, na sociedade civil e no parlamento, organizar-se em defesa da luta anti-racista. A Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro em 1944, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro em 1945, e o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950, são algumas iniciativas de impacto. Diversas e valiosas experiências iluminaram o ideário de uma emancipa-

ção negra: Os Congressos Pan-Africanos, o Congresso de Cultura Negra das Américas e as Conferências Mundiais de Combate ao Racismo são momentos significativos da luta negra em África e na diáspora.

Ao longo dos últimos dois anos, pude observar que só teremos chances de construirmos algo com sentido estratégico e autônomo se dermos conta de que é preciso viabilizar algumas ações: o protagonismo negro na luta pela igualdade racial, a conjugação do estágio atual da democratização do Estado através da implementação de políticas públicas e ações afirmativas, tendo como prioridades estratégicas: a luta pela terra, em especial pelo território negro, o empreendedorismo e a empregabilidade negra, a igualdade de gênero, a liberdade de crença religiosa e o enfrentamento da violência e da criminalidade contra a juventude negra. Cabe ao Movimento Negro cobrar do parlamento e de seus representantes o papel do negro na pauta do desenvolvimento, sob pena de ficarmos ainda dourando pílulas em nome da multiculturalidade e da harmonia racial. O debate começou, a porta está entreaberta e este é um caminho sem volta.

**Sérgio São Bernardo é assessor técnico de Relações Raciais da Liderança do PT na Câmara dos Deputados e mestrando em Direito/UnB.*

Mulheres Negras propõem modelo de desenvolvimento para o Brasil

Rosane da Silva Borges

De 25 a 28 de novembro de 2004 a Articulação Nacional de Mulheres Negras (AMNB) esteve reunida, em Brasília, para avaliação do período em curso e planejamento estratégico para a vigência de 2005-2007. Com a participação de 16 organizações autônomas de mulheres negras, (ACMUN (RS), Bamidelê (PA), Casa da Mulher Catarina (SC), Criola (RJ), Felipa de Sousa (RJ), Geledés (SP), Malunga (GO), Irohin (DF), Imena (AP), Instituto Negras (CE), Laudelina de Campos Melo (SP), Mãe Andresa (MA), Maria Mulher (RS), OMIN (SE), SACI (SE), a reunião teve como foco a definição de princípios que nortearão a AMNB na elaboração de um modelo de desenvolvimento para o país. Em decorrência dessa proposta, foram estabelecidas, também, as ações fundamentais que devem ser desencadeadas e/ou continuadas em curto, médio e longo prazos.

Tal proposta ganhou densidade com as mudanças anunciadas pelo governo federal idealizadas à luz das reformas. O social foi considerado, no bojo dessas mudanças, viés prioritário das elaborações das ações capazes de propiciar um aprofundamento da democracia brasileira, de superar os *déficits* sociais que se acumulam exponencialmente. Pensar em um novo modelo de de-

envolvimento que conjugue criatividade, equilíbrio ecológico, soberania do país, implica também a ampliação da democracia e redução das diferenças de renda e riqueza. O Brasil do século XXI precisa desenvolver políticas sociais como investir em educação, saúde e habitação popular para acabar com a miséria absoluta, que atinge 58 milhões de brasileiros representados majoritariamente pela população negra. A AMNB vem apontando que tais políticas não podem desprezar as especificidades das mulheres negras. Eixos extremos de diferenciação negativa, as mulheres negras vêm demandando ações específicas para que esse novo modelo de desenvolvimento tenha sustentabilidade.

A reunião contou com a participação de consultoras e consultores contratados para a análise de conteúdos, proposição de novas abordagens e de ações para a viabilidade e consolidação dessa proposta: Wania Sant'Anna, historiadora e consultora do Banco Mundial, considerou que a trincheira do conhecimento é um território importante para promoção e valorização das ações das mulheres negras. Para ela, o modelo de desenvolvimento pensado por esse segmento deve se assentar num terreno político, conceitual e ideológico. Em avaliação da reunião, ela declara: "você acertaram na

estratégia de ter encontros de reflexão e qualificação, o momento exige e não ressam dúvidas sobre essa necessidade em variados terrenos: de atuação política, de produção de informação; de análise de conjuntura e de troca sobre o que está acontecendo em cada canto desse país."

Fazendo parte da equipe de consultores, Iradji Egrare (Ágere) e Edvaldo Brito, professor de Direito da Faculdade de Direito da Bahia e da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie em São Paulo, discutiram, respectivamente, os planos da Conferência de Durban e sua incorporação nas metas do governo e a efetividade das normas no campo tributário. Segundo Egrare, o PPA 2000-2003, por definição um plano de ação nacional que deveria levar em conta as metas da Conferência de Durban, inseriu o tema raça em suas proposições pelo viés da cultura afro-brasileira. Para o consultor, esse tipo de incorporação não consegue abarcar os direitos básicos da população negra e acaba invisibilizando os principais problemas oriundos das assimetrias raciais no país.

No que diz respeito à reforma tributária, o professor Edvaldo Brito lembra que é preciso que as mulheres negras tenham a oportunidade de interferir, de serem um grupo de pressão para acompanhar e cobrar

Ativistas negras ouviram consultoras(es) e autoridades convidadas(os)



efetividade nas normas constitucionais, especificamente no campo tributário.

Na ocasião, Nilza Iraci (Geledés e AMNB) também participante da mesa, fez um balanço da participação das mulheres negras nas conferências internacionais, apontou a perspectivas e desafios que as relações de gênero e raça no cenário internacional colocam para as mulheres negras brasileiras. Para Iraci, "as exigências desses eventos são várias, por isso precisamos de intervenção qualificada".

O professor e ativista do movimento negro, Hélio Santos, enfatizou que um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil deve incluir, radicalmente, a população negra. Para ele, as mulheres negras devem estar no centro de qualquer preocupação com as mudanças sociais do país. Santos propôs que a Articulação de Mulheres Negras execute projetos voltados

para jovens negras, para o tema da saúde reprodutiva da mulher e famílias em situação de risco.

Além das(os) consultoras(es), a reunião contou também com a presença de convidadas(os), que estiveram nos momentos abertos do encontro. A ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), Nilcéa Freire, participou de um café da manhã com as integrantes; a conversa informal discutiu, entre outras coisas, a possibilidade da SEPM e AMNB estreitarem laços de cooperação política, bem como reforçarem a necessidade de desenvolvimento das ações que visem ao fim da desigualdade racial entre mulheres. Essas ações constituíram um dos eixos fundamentais da política para as mulheres. A participação de Edson Lopes Cardoso, do Irohin, foi fundamental para esclarecer o marco histórico da Marcha Zumbi +10, que acontecerá em novembro de 2005, e informar sobre o processo organizativo do ato.

EVENTO

Planejamento estratégico, estrutura e funcionamento da AMNB

Entre as ações do planejamento estratégico da AMNB estão: contribuir para o fortalecimento político e institucional das ONGs integrantes da AMNB; monitorar a implementação dos diferentes documentos relativos à erradicação do racismo, do sexismo, da lesbofobia e de outras formas de discriminação; propor e monitorar políticas públicas para as mulheres negras nas esferas federal,

estadual e municipal; construir estratégias de comunicação com recorte de gênero e raça; Construir processos nos diversos campos sociais que favoreçam uma representação positiva da mulher negra; ampliar e consolidar a intervenção da Articulação nos cenários nacional e internacional; elaborar plataforma política de gênero e raça para as eleições de 2006.

A composição da Articulação passa a ser integrada pelas seguintes organizações: ACMUN - Associação

Cultural de Mulheres Negras/RS, AMMA Psique e Negritude/SP, Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba/ PB, CACES/RJ, Casa da Mulher Catarina/SC, CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia/PI, CRIOLA/RJ, Eleekó/RJ, Fala Preta! Organização de Mulheres Negras/SP, Felipa de Sousa/ RJ, Geledés - Instituto da Mulher Negra/SP, Grupo de Mulheres Negras Malunga/GO, IROHIN/DF, IMENA-

Instituto de Mulheres Negras do Amapá/AP, Instituto Negras/ CE, Kilombo/RN, Laudelina Campos Melo/ SP, Mãe Andreza/MA, Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras/RS, Nzinga/BH, OMIN - Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito/ SE, SACI - Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania. As organizações Bamidelê, Felipa de Sousa, Instituto Negras, Laudelina Campos Melo e Omin- Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito passam a integrar a AMNB. A

organização Uiala Mukagi, de Pernambuco, não pôde mandar representante.

Por decisão unânime das organizações participantes da reunião, a coordenação da AMNB para o período de 2004-2007 é composta por: Criola (secretaria executiva), ACMUN (Porto Alegre), Bamidelê (João Pessoa), Casa Laudelina de Campos Melo (Campinas) e Geledés (São Paulo).

**Jornalista e integrante de Geledés - Instituto da Mulher Negra.*



Igualdade Racial na Segurança Pública

Miriam Cardoso*

A segurança é um dos temas mais cobrados de política pública pela população. Na maioria das vezes, por causa do crime contra o patrimônio, quase sempre acompanhado pelo crime contra a vida.

Seqüestros, relâmpagos ou não, e assaltos seguidos de morte vêm amedrontando a população de classe média e média alta. A violência letal é presenciada por todos nós com uma constância que perturba e assusta. A muitos pode parecer que esse problema é novo e que começa a acontecer somente agora, quando, na verdade, a violência está alcançando setores da sociedade que se julgavam dotados de imunidade, a cujas vítimas a grande imprensa dá destaque de primeira página.

Para nós, negros, não é tanta novidade. Nossos antepassados sempre foram mortos, ou por serem escrava-

vos em fuga ou por *vadiagem*, atualmente, por sermos considerados "elementos tipo padrão da criminalidade" (descrição usada pela polícia na caracterização de uma ocorrência criminal). O assassinato de negros, por sua banalização, nunca mereceu destaque.

É muito recente entre nós, como a pesquisa realizada pelo Unicef, a divulgação de vítimas de violência com recorte racial, demonstrando o que todos nós já sabíamos: no Brasil: o número de assassinatos de jovens, na faixa etária de 15 a 25 anos, do sexo masculino, negros, moradores da periferia das grandes cidades, se compara ao de mortos em países envolvidos em guerra civil.

O assunto, apesar de estar preocupando a elite branca do país, tem como principal vítima nossos filhos, maridos, netos, que muitas vezes são mortos,

caçados e torturados pelo mesmo espírito da força de poder que matou Zumbi dos Palmares. Portanto, devemos estar atentos ao debate e às propostas de políticas na área da Segurança Pública.

Alguns defendem, com muita convicção, a pena de morte como a grande solução para a criminalidade no país. Podem ter certeza de que os que pensam assim não estão associando essa sentença ao juiz Nicolau, aos jovens que incendiaram o índio em Brasília ou a outros praticantes de crimes similares a estes. Nem precisamos fazer muito esforço para saber quem será (novamente) a vítima preferencial dessa sentença. E pouco adianta argumentar que a sentença de morte, sem julgamento, já vem sendo sofrida pelos jovens negros em nosso país. Mas, felizmente, parece que os que defendem a instituciona-

lização da pena capital são vozes destoantes no pensamento dominante. No entanto, não se pode descurar.

As propostas que se vêm consolidando na Política Nacional de Segurança Pública são de duas naturezas: as que priorizam as ações repressivas e as que defendem a promoção de ações preventivas. Em nenhuma das duas vertentes, o corte racial se explicita. Ninguém fala que a polícia vai invadir os morros, os alagados, as favelas porque lá moram os "elementos de cor padrão da criminalidade".

Todos ficam aliviados quando a televisão mostra imagens ou os jornais estampam fotos de jovens, negros, quase sempre esqueléticos, algemados ou mortos, apresentados como os grandes responsáveis pela intranquilidade em que vivem os que moram nas áreas privilegiadas das

cidades. Ninguém se pergunta por que, apesar dessas prisões, dessa matança, o quadro não se modifica. Ninguém se pergunta se atividades tão rentáveis como o contrabando de armas ou o tráfico de drogas estão sendo, de fato, administradas por pessoas que moram tão precariamente. Parece que há um acordo tácito entre os que definem essa truculência contra os moradores dessas áreas carentes e os que lucram com as atividades ilegais.

Há de se lembrar que a grande maioria dos moradores dessas localidades são trabalhadores e trabalhadoras, desempregados ou empregados com baixos salários. Não se trata aqui de defender bandidos, sejam eles de primeiro ou de último escalão, mas de se questionar a eficácia dessas ações para a segurança de todos, como preconiza a Constituição Federal.

No que se refere às políticas de prevenção à criminalidade, a discriminação surge desde a sua concepção: existe uma população predestinada a se tornar criminosa, precisamos fazer alguma coisa para que isso não ocorra. E essa população são os jovens moradores dos bolsões de miséria. O invólucro que envolve essas propostas, às vezes, até seduz. Mas não resiste a uma avaliação mesmo que superficial.

Os projetos são voltados para os jovens de 15 a 18 anos e tem a nítida intenção de mantê-los ocupados, seja praticando algum esporte, alguma atividade cultural ou, algumas vezes, aprendendo a usar o computador. Mas não se demonstra a menor preocupação com a promoção da igualdade de oportunidades entre os jovens destinatários desses projetos e os jovens brancos de classe mé-

dia alta, que se preparam para ser a elite econômica e intelectual do país.

Um dos mais conhecidos desses projetos é o Agente Jovem. A princípio, uma boa iniciativa, pois tem recursos financeiros que chega até o destinatário da ação. O jovem que participa recebe uma bolsa mensal. Pequena, mas recebe. Ainda assim, a melhor avaliação desse projeto veio de uma mãe, que fez a seguinte observação: "Coloquei minha filha no Agente Jovem, pensando que ela ia sair dali com algum futuro, preparada e com algum emprego, mas o tempo passou, ela está agora com 18 anos e sem ter nada para fazer".

Atualmente, existe na Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça uma proposta de implantação de ações sociais, durante dois anos, preventivas de criminalidade para as

regiões metropolitanas consideradas violentas, como por exemplo a de Vitória. Esses projetos destinam-se a jovens de 15 a 18 anos, moradores das regiões ditas violentas da cidade. O que espanta é que o Ministério da Cidade não está envolvido nesse debate, uma vez que violência é urbana. Será que a forma como as cidades crescem não tem nada a ver com a violência existente? E o Ministério da Educação, por que não, se o Ensino Médio deveria atender esta faixa etária? E qual deve ser a participação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, tendo em vista que a clientela desses projetos deverá ser majoritariamente negra?

Os debates que vêm ocorrendo para a implementação desses projetos dão indícios para as respostas a essas indagações. Não há a menor preocupação com a inclusão des-

ses jovens no setor produtivo da sociedade. Projetos são implantados, ONG's surgem, os Viva Rio, os Sou da Paz se proliferam, e, apesar de todo esse esforço, a situação não se altera. As soluções são, intencionalmente ou não, todas paliativas. Abrem-se as escolas nos finais de semana, mas a escola de fato não está aberta para aceitar no seu dia-a-dia este contingente populacional negro e pobre.

A única organização social que apresenta um projeto que realmente poderia modificar esse quadro de violência que aí está é o Movimento Negro. Quando o MN propõe uma mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ele visa a não expulsão da criança negra da escola. A implantação da Lei 10.639 - que institui a história da África e dos afro-brasileiros no currículo escolar de primeiro e segundo graus, as cotas para negros

nas universidades, a empregabilidade da população negra, entre outras políticas públicas que visem a uma real inclusão, deveriam servir de base para aquelas ações, que não deveriam ser chamadas de preventivas e sim de inclusivas. O Estatuto da Igualdade Racial, quando aprovado, deverá ser o norteador das ações ditas preventivas da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Não se deve esquecer que um sistema de segurança é essencial para se manter um Estado de Direito. Mas, se este Estado de Direito se propuser a ser justo e eficaz, a promoção da igualdade racial é indispensável.

**Ex-Secretária de Cidadania e Segurança Pública de Vitória/ES (gestão 2000-2004) e ativista do MN.*

Jornalistas fazem curso

No dia 30 de novembro, o **Ìrohìn** realizou um curso de capacitação de leitura de indicadores sociais. Ministrado pelo sociólogo Rafael Osório, técnico do Centro Internacional de Pobreza, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o curso teve o objetivo de qualificar um grupo de treze jornalistas e colaboradores do jornal para a leitura, a interpretação e a tradução jornalística dos dados estatísticos.

Trabalhando com conteúdos básicos de Estatística Descritiva, e a partir de exemplos com indicadores negativos ou positivos, como o acesso a esgoto, os jornalistas familiarizaram-se com a realização de cálculos básicos. Quantos negros e brancos têm esgoto em casa? Quantos, dentre os brancos, o têm? E quantos dentre os negros? Qual é a chance de um negro e de um branco de terem esgoto em casa? E qual é a razão entre estas chances: ou seja, quantas vezes a chance de uma pessoa branca ter esgoto em casa é maior do que a de uma pessoa negra?

Mais fundamentalmente, Rafael Osório enfatizou que os dados estatísticos não são coisas inocentes, nem falam por si sós. As contagens são resultados de classificações; e as classificações são resultados de conceitos. Por exemplo, qual é o conceito de "acesso a esgoto", com que se trabalha? "Se isso não estiver definido, é necessário descobrir: eu preciso do questionário que gerou os dados dessa pesquisa", alertou. O **Ìrohìn** pretende explorar uma série de pautas relacionadas aos indicadores sociais da população negra, mostrando a imensa tragédia humana que a frieza dos números revela - mas não comove (= "pôr em movimento") ninguém. "



A partir da esquerda: Ivonne Ferreira, Ivana Leal, Flávia Magalhães Pinto, Diony Maria, Ana Luíza Flauzina, Edson Cardoso, Rafael Osório, Juliana Cezar Nunes, Lunde Braghini, Fátima Gonçalves, Micheline Farias, Juliana Menezes, Daniela Luciana, Debiann Bezerra e Lia Maria

Foto: Daniel Cardoso

CURSO

A redescoberta de **Abdias Nascimento** aos 90 anos

Angélica Basthi*

Em 2005, mostra histórica - em cartaz até março no Rio - planeja seguir para as cidades de São Paulo, Salvador e Brasília



Olhares atentos, expressões de espanto e comentários extasiados de prazer têm preenchido de som 11 salas do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, belíssima construção histórica cujo restauro foi concluído recentemente. A razão pela qual o público tem experimentado sobressaltos de êxtase e alegria é a mostra "Abdias Nascimento 90 anos - Memória Viva", que desde novembro, reúne a mais completa exposição sobre o mais longo ativista negro do século XX, incluindo o seu acervo, colóquio internacional e mostra de filmes.

O megaevento é a maior cobertura já realizada sobre uma liderança do Movimento Negro com projeção no Brasil e no exterior. O evento é uma realização do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), tem patrocínio da Petrobras e apoio da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A prorrogação da exposição no Rio (oficialmente termina dia 28/01) está sendo negociada até março e, em seguida, deverá visitar as cidades de São Paulo, Salvador e Brasília.

Dizer que "Abdias Nascimento 90 anos - Memória Viva" sintetiza a vida e obra do homenageado seria reducionista. Além de reve-

lar a obra artística de Abdias, a exposição remonta a história da luta do negro por ascensão e reconhecimento na sociedade brasileira contemporânea através do trabalho cênico, artístico e social do Teatro Experimental do Negro (1944-68), da atuação internacional pan-africanista do artista durante o exílio iniciado em 1968, e das obras do acervo do projeto do Museu de Arte Negra (formado por esculturas, pinturas, desenhos e gravuras de renomados artistas como Lívio Abramo, Manabu Mabe, Ivan Serpa, Carlos Scliar, Iberê Camargo, Anna Bella Geiger, Aldemir Martins, entre outros).

O público confere a trajetória e o legado vivo de Abdias Nascimento em mais de 350 itens entre painéis fotográficos, documentos e obras de arte. Do total, 55 obras são de autoria do próprio Abdias e 150 pertencem ao Museu de Arte Negra (que nunca teve sede para funcionar). Outros 86 pa-

inéis complementam o percurso da exposição pelo Arquivo Nacional. A ideia da mostra nasceu durante o trabalho de restauração das obras do acervo do artista, um projeto do Ipeafro financiado pela Fundação Ford. "Na ocasião dos 90 anos, achamos que além do restauro, caberia uma exposição. A última foi em 1997, em Brasília. Mas teve pouca repercussão", conta a pesquisadora Elisa Larkin

também abrigou a mostra de filmes sobre a imagem do negro no cinema brasileiro e o colóquio "Ancestralidade Africana e Cidadania - o legado vivo de Abdias Nascimento", com participação de personalidades internacionais em debates sobre artes, religiosidade, direitos humanos e políticas de igualdade racial.

Reconhecimento

O impacto desta reconstrução na mente e no coração do público convida a todos - incluindo o próprio homenageado - a uma reflexão histórica sobre as conquistas do negro no Brasil. "Nunca fiz nada achando extraordinário. Para mim eram atos naturais de luta de sobrevivência do meu povo. Vi essa exposição nascer durante os meus 90 anos de vida. Mas depois dela pronta, confesso que tenho tomado mais consciência da importância do que fiz", revela Abdias.

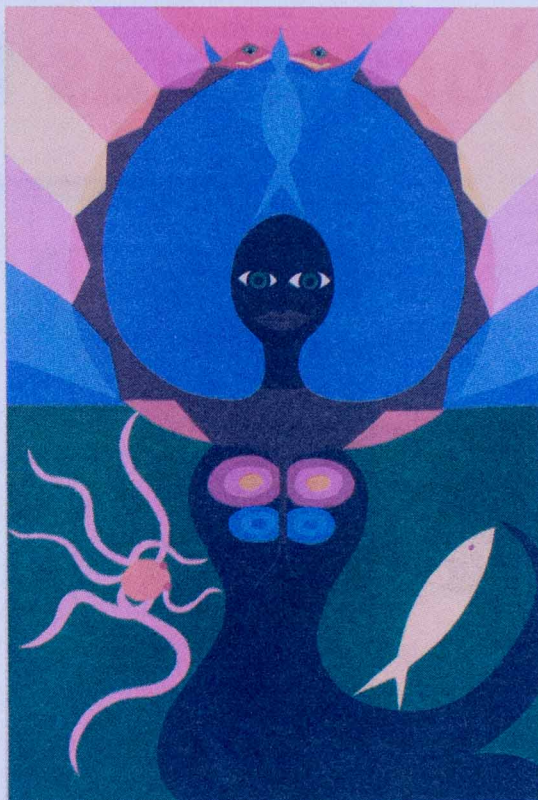
Para ele, a maior emoção foi ter visto o painel sobre os pais - o sapateiro José

Ferreira do Nascimento e a doceira Jorgina Ferreira do Nascimento. Em especial a foto da mãe, morta quando tinha 16 anos. "Meu pai morreu quando eu já estava com 64 anos. Embora estivessemos muito distantes (ele morava em Franca, interior de São Paulo), sei que ele acompanhava algumas notícias sobre meu trabalho. Mas a minha mãe, - que era brigona e me ensinou o sentido da luta, - morreu bem antes de tudo. Fiquei especialmente emocionado ao ver as fotos deles lá", confessa.

Outra recente emoção aconteceu fora da exposição. A ida Paris, em dezembro, receber o Prêmio Toussaint L'Ouverture, criado pela UNESCO na ocasião do Ano Internacional de Celebração da Luta Contra a Escravatura e de sua Abolição no Haiti. O prêmio foi concedido a Abdias e ao poeta Aimé Césaire, de Martinique, cofundador do movimento da Négritude. "Só acreditei quando peguei o avião. Esse tipo de reconhecimento é muito difícil", diz.

Unanimidade

O político e artista plástico, poeta e escritor, folheia o jornal antes de responder se a homenagem instalada no Arquivo Nacional é uma espécie de reconciliação com o povo negro



Nascimento, curadora da exposição.

Durante o mês de novembro, o Arquivo Nacional

brasileiro. "Nunca me senti desconhecido. Tudo na minha vida é uma continuidade. Mesmo no exílio, havia uma continuidade", afirma pensativo. Elisa Larkin Nascimento concorda que nunca houve ruptura, mas admite que, na época, as políticas lançadas por Abdias

jamaiz fez dele uma unanimidade:

- A sua luta contra o racismo nunca fez dele uma fonte de consulta do mundo acadêmico, por exemplo. E no Movimento Negro, sempre esteve perto da figura do pai e, por isso, alguns setores o acu-

savam de ser personalista. Em muitas lutas chegou a ficar praticamente sozinho, como ocorreu no mandato de deputado federal (1983-86). Na época, apresentou a proposta de ação compensatória pela isonomia racial (hoje renomeada de ação afirmativa) e recebeu mui-

to pouco apoio explícito do Movimento Negro. Mas a verdade é que é impossível separar o coletivo da obra de Abdias e da sua luta pela valorização do Movimento Negro brasileiro. Hoje ele é mais unanimidade do que antes - reconhece.

O Arquivo Nacional -

onde acontece a exposição "Abdias Nascimento 90 anos - Memória Viva" - fica na Praça da República 173, Centro (RJ). Visitas guiadas podem ser agendadas pelo telefone (21) 3806-6173. A entrada é franca.

**jornalista, mestranda em Comunicação/UFRJ*

"O melhor ainda está por vir, estamos apenas começando"

Por Fernanda Felisberto*

Diretor de "Carolina", Jeferson De gostaria de fazer "filmes-Djavan", ou seja, com uma alta qualidade, bom gosto e ao mesmo tempo com uma capacidade de se comunicar com o público de todas as classes e etnias e não somente no Brasil



Irohin: Qual a sua formação?

Jeferson De: Estudei dois anos de filosofia na Universidade de São Paulo, em seguida me transferi para o curso de cinema.

Irohin: Como o cinema surgiu na sua vida?

Jeferson De: Tudo começou numa pequena cidade, em Taubaté (interior de São Paulo, no Vale do Paraíba). Meu pai era torneiro-mecânico e um dos diretores do clube dos funcionários. Por algum motivo que desconheço, ele resolveu que os peões tinham que assistir a sessões de cinema na quadra de futebol. Então ele ia até a cidade vizinha buscar o projetor. Eu ia sentado no banco de trás do carro e voltava com aqueles aparelhos todos, as latas, o projetor, os cabos e o lençol branco. De repente, eu, um menino de seis anos, via tudo aquilo virar filme na tela. Eu me lembro de ter visto "Psicose", do Hitchcock e uma ficção no velho oeste chama-

do "Westworld, onde ninguém tem alma". Obviamente, isso tudo ficou marcado, embora sejam estilos que não estejam presentes nas minhas obras diretamente.

Irohin: Quais são suas principais influências no cinema?

Jeferson De: Martin Scorsese, Woody Allen e Spike Lee são cineastas que eu tenho como mestres, fui me formando assistindo aos seus filmes. Sem dúvida são pilares importantes do cinema americano. Além disso, eles mergulham profundamente na cidade em que vivem (no caso Nova Iorque) e suas diversas culturas, isso é algo que me interessa. As relações no universo urbano é fato marcante nos meus projetos.

Irohin: Qual o seu primeiro trabalho?

Jeferson De: Foi um filme feito na faculdade, chamado "Gênesis 22". Eu ti-

nha que escrever um roteiro que contivesse carro, família e estrada. Decidi então recorrer à bíblia e colocar Isaac e seu filho Jacó dentro de um Corcel II e adaptar a história pro ano 2000, o filme acabou tendo uma visibilidade maior do que a exibição na universidade, foi exibido em diversos festivais no Brasil e no exterior. Foi o início da minha parceria com o João Acaíabe (que interpreta o



A atriz Zezé Mota interpreta a escritora Carolina Maria de Jesus

Tio Barnabé no Sítio do Pica Pau Amarelo), um ator que foi o primeiro a acreditar no meu roteiro e em minhas idéias, a quem sou muito grato. Desde então, temos trabalhado sempre juntos.

Além de atuar, o João se tornou um grande conselheiro.

Irohin: Como nasceu o Dogma Feijoadá?

Jeferson De: Surgiu dentro do curso de cinema na Universidade de São Paulo. A Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de SP) tinha me concedido uma bolsa de iniciação científica para estudar os diretores negros no Brasil. Ao final da pesquisa percebi que havia vários equívocos

em comum entre os realizadores afro-descendentes, foi com um olhar crítico de quem queria aprender. Percebi que vários deles

tinham dirigido apenas um longa-metragem e não tinham conseguido realizar o segundo trabalho (outros tinham feito alguns curtas e interromperam suas carreiras). Talvez pela falta de

uma estrutura sólida que pudesse alavancar suas produções seguintes. Eram em grande parte atores (ativos principalmente no Cinema Novo) que se tornaram diretores. Minha primeira conclusão foi a de que você estar num set de filmagem não é exatamente um pré-requisito para se tornar um diretor. Conjuntamente ao estudo sobre diretores, eu analisei a representação dos negros em dois períodos do cinema brasileiro onde tivemos destaque: A Chanchada e o Cinema Novo. Minha decepção foi dupla. De um lado os negros eram inferiores, de outro surgiam quase como super heróis.

Foi quando discutindo com um dos meus professores (Calil, que havia trabalhado à frente da Embrafilme), ele me propôs um desafio: Qual era minha proposta? Será que haveria possibilidade de um cinema negro no Brasil? E que conceito era esse de cinema negro? A partir dessa pro-



vocação, eu redigi uma síntese do que achava fundamental para balizar o conceito de cinema negro. Era um primeiro resultado de um estudo científico e não tinha, naquele momento, nenhuma intenção de se tornar público. Eu o chamei de "Gênese do Cinema Negro Brasileiro", continha sete itens que se propunham a dar conta de como nós negros poderíamos construir uma cinematografia brasileira. Junto a este resultado eu filmei "Gênese 22", um curta que apresentava na prática a minha tese. A "Folha de S. Paulo" tomou conhecimento de minha proposta e acabou sugerindo um debate e então o manifesto foi rebatizado de Dogma Feijoada, influenciado pela manifesto dinamarquês Dogma 95 (embora os dois manifestos, em conteúdo, não tenham nada em comum).

Irohin: Quem faz parte do grupo?

Jeferson De: A partir de um bate-papo com o cineasta Noel Carvalho, que também é doutorando na USP no tema Cinema Negro, a gente foi juntando outros realizadores em torno do Dogma Feijoada que deu origem ao grupo Cinema Feijoada, composto pelos diretores: Ari Cândido Fernandes, Rogério de Moura, Daniel Santiago, Billy Castilho, pelo Noel e por mim. Em 2004, o Ari e o Rogério deixaram o grupo. Em novembro passado, organizamos uma mostra de multimídia em São Paulo e devemos desenvolver outras atividades em 2005.

Irohin: Além do Dogma, existe algum outro tipo de organização de cineastas negros no Brasil, no sentido de fortalecimento do grupo?

Jeferson De: A edição do projeto "Enquadros Negros", coordenado pelo diretor Antônio Pilar, no Rio de Janeiro, (onde realizadores juntos

produziram e lançaram cinco curtas), me parece iniciativa inédita que traz um fortalecimento efetivo de pequenos grupos que preservam a autoria em seus trabalhos.

Irohin: Você já possui alguns trabalhos premiados, quais são eles?

Jeferson De: O diretor Cacá Diegues me disse uma vez que não devemos fazer filmes esperando prêmios. Quando se faz curta-metragem, a grande vitrine são os festivais e a premiação sempre garante um bom destaque ao filme. Os quatro curtas-metragens que fiz receberam prêmios, mas confesso que (por esperar prêmios) já me decepcionei bastante, nunca se sabe o que se passa na cabeça de quatro ou cinco jurados. Os prêmios sempre têm

algo paradoxal. Se, por um lado, isso me deixa muito feliz, por outro lado aumenta a responsabilidade com a qualidade técnica e artística, no conteúdo e na forma de se expressar.

Em 2004, a Barraco Forte lançou o "Narciso Rap", no Festival Internacional de Curtas de São Paulo, e logo na estréia foi um dos curtas mais premiados do festival.

Mas há uma premiação que guardo com carinho, foi quando o "Carolina" ganhou o Kikito de melhor filme em 2003, em Gramado (isto depois de ser recusado na Jornada da Bahia, por falta de qualidade, coisa que nunca engoli). A premiação em Gramado abriu diversas portas para mim e para a Barraco.

Irohin: Qual a sua avaliação do cinema nacional hoje?

Jeferson De: Tendo o "Carlota Joaquina" como ponto de partida, nós assistimos a grandes filmes como o "Central do Brasil", "Cidade de Deus" e o "Carandiru". Eles levaram milhões de pessoas aos cinemas e alguns deles trouxeram novas abordagens de alguns temas. Foi interessante pensar que nós temos ainda muita coisa pra mostrar do próprio Brasil.

Por outro lado, uma coisa que me incomoda é que os cineastas são homens, brancos, classe média alta, radicadas no Rio de Janeiro ou São Paulo, com terceiro grau completo e que vivem



"Quero tomar o que me interessa na cinematografia brasileira e reelaborar o discurso audiovisual sob uma nova perspectiva"

falando sobre a diversidade.

Como nós moramos num país muito grande, onde a maioria não é homem, nem de classe média, nem branca, e, muito menos, mora nessas duas cidades, eu sonho em ver muita gente produzindo.

A palavra diversidade está ficando moeda fácil no discurso de políticos, reitores e empresários. Na esfera governamental ela poderia tomar seu real sentido.

De qualquer forma, não gostaria que ninguém fizesse isso por mim, sou otimista, estamos apenas começando, o melhor ainda está por vir.

Irohin: E como anda a articulação dos cineastas negros?

Jeferson De: Desde a virada do milênio estamos

tomando uma certa consciência de grupo. É lógico que cheio de divergência, mas pelo que conheço de nosso passado audiovisual estes encontros entre produtores, veja bem **produtores** e não artistas em geral, ocorrem pela primeira vez.

Eu gosto muito de conversar com a geração que viveu o Cinema Novo e se tornou diretor, caras como o Antônio Pitanga, o mestre Zózimo Bulbul, o Valdir Onofre, são verdadeiros guerreiros. E o melhor é que continuam na luta pra produzir novos filmes.

O interessante nestes primeiros encontros entre 2000 e 2001 foi que nós começamos de uma forma tímida, sem saber muito o que discutir. Pouco mais de dois anos,

há pelo menos três longas no forno e diversos curtas-metragens prontos. Isso quer dizer que estamos no caminho certo ao tentar, pelo menos de certa forma, pressionar os canais públicos a nos reconhecer como produtores culturais.

Irohin: O negro tem estado presente na pauta de algumas superproduções, como você vê esta participação?

Jeferson De: Esta participação tem sido fundamental para que atores e atrizes negros(os) tenham trabalho e se aperfeiçoem cada vez mais. Na arte, a perfeição está muito ligada à prática e não somente ao estudo teórico, por isso é importante atuar no cinema e na TV, em comédias e dramas. Uma questão interessante neste universo das artes cênicas

são os atores que têm oportunidade de fazer teatro e que logo são identificados pelos diretores de cinema. Lázaro Ramos, Luís Miranda, Ailton Graça e tantos outros. Além disso, participando destas grandes produções, os atores negros têm a oportunidade de provar sua competência em levar o público ao cinema. Ou seja, o que diziam alguns diretores sobre a inexistência de atores negros é absolutamente equivocado. É pena que a prova disso tenha que vir com o elenco negro quase sempre desempenhando papéis ligados à violência e à irracionalidade.

Irohin: Você já participou em algum festival internacional? Qual a sua avaliação?

Jeferson De: Minha estréia foi com o "Gênese 22", em Cabo Verde. Em seguida, foi "Distraída pra morte" que participou de festivais em Burkina Faso (na África) que é o festival mais importante de Cinema Negro. Depois o filme foi para os Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha. O "Carolina" tem atingido um público ainda maior, destacou os festivais no Irã e na Rússia. O "Narciso Rap" começou sua carreira internacional no final do ano passado, no festival de cinema infantil na Argentina. O interessante destes festivais é que um acaba sendo porta de entrada para outros.

Irohin: Que elementos não faltam nos seus filmes?

Jeferson De: Olhando os quatro curtas-metragens e os dois longas que estamos preparando, acho que o rap, a juventude negra urbana e uma certa dose de pessimismo têm sido bons elementos na construção da minha obra.

Irohin: Qual a sua relação com a Trama?

Jeferson De: A Trama foi produtora do "Distraída para a Morte" e do "Carolina". Os presidentes da gra-

vadora foram os primeiros a me tratar como artista, ainda mais num momento inicial da minha carreira. Lá convivi com os diversos setores do entretenimento, fui entendendo como deveria funcionar uma empresa que trabalhasse música, cinema, Internet, TV, etc...

Convivendo com músicos e ouvindo muita música boa, o meu trabalho foi sendo moldado. Na Trama, fui desenvolvendo meu trabalho de forma sólida, sem embarcar em modismos e questões superficiais. Certo dia, por exemplo, eu ouvi o primeiro disco do Max de Castro, intitulado Samba Raro. Aí eu fiquei pensando: "Pô, como é que o Max consegue retomar toda uma tradição musical brasileira e, ao mesmo tempo, impor uma leitura própria, original e contemporânea..." É exatamente isso que gostaria de fazer no cinema, tomar o que me interessa na cinematografia brasileira e reelaborar o discurso audiovisual sob uma nova perspectiva.

Neste sentido, sempre digo que gostaria de fazer filmes Djavan, ou seja, com alta qualidade, bom gosto e ao mesmo tempo com capacidade de se comunicar com o público de todas as classes e etnias, não somente no Brasil.

Enfim, eu acho que todas as vezes que o cinema brasileiro se encontrou com seu público ele estava em companhia íntima da música brasileira. Meus filmes se situam entre a espontaneidade de Carlinhos Brown e a porrada de Mano Brown.

Irohin: Política cultural para os cineastas negros, quais os pontos mais críticos?

Jeferson De: Qualquer política cultural direcionada aos afro-brasileiros, não pode confundir os produtores negros com os atores e atrizes por uma questão de entendimento do mecanismo de funcionamento do setor. Os atores são dentro

da cadeia de produção, os últimos a chegar. Quando eles aceitam, encontram quase tudo pronto, roteiro, desenho de produção, estratégia de lançamento etc... Às vezes, se metem numa roubada e fica difícil para eles mesmos defender a verdade do trabalho. É só assistir às novelas, comerciais de TV e programas cômicos, é impossível pra qualquer ator ou atriz defender o baixo nível no tratamento da comunidade negra.

Irohin: Quais os seus projetos atuais?

Jeferson De: O projeto básico é estruturar cada vez mais a Barraco Forte (www.barracoforte.com.br), além de produzir meus projetos a idéia é dar suporte para quem tem talento e está começando na carreira de roteirista, diretor ou produtor.

Neste momento, nos dedicamos especialmente a três projetos: dois longas e o lançamento dos meus

curtas em DVD. Os longas-metragens são: "A TV do Ano", que é um filme feito a partir de uma idéia do Netinho de Paula e tem co-produção da Sony Columbia. Em seguida, filmarei "Um Dia", escrito já há algum tempo por mim que passou pelo laboratório de roteiros do Instituto Sundance. Finalmente, estamos nos dedicando a levantar todo o dinheiro para a confecção do DVD, que nada mais é do que poder preservar num bom suporte tudo o que foi feito até agora.

Irohin: Como é possível ter acesso a este material?

Jeferson De: Na Internet, no site www.barracoforte.com.br, você encontra bastante informação sobre meus

filmes e alguns textos. Na TV, os três últimos filmes foram comprados pelo Canal Brasil e o "Gênesis 22" sempre está em cartaz na TVE. Lá na Barraco, nós estamos lutando para conseguir um patrocínio (sempre a labuta do patrocínio) pra poder disponibilizar toda a minha obra em DVD.

Pensamos que é um material extracurricular fundamental, principalmente após a aprovação da Lei 10.639 (que fala sobre a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"). Os curtas têm um formato privilegiado para a sala de aula (por ter duração de 15 minutos) e representam para nós um público que não conseguimos atingir, fora das grandes salas de exibição.



"Se uma criança ou jovem não se vê no seu espelho cultural, que é o audiovisual, nada mudará nos próximos anos"

Irohin: O cinema já desperta a atenção dos jovens negros enquanto mercado de trabalho?

Jeferson De: Com as oficinas nas periferias e com a Internet eu acho que os manos e as minas estão entendendo que podem trabalhar seriamente no ramo. Aliás, eu acho que a Internet foi um tiro no pé das grandes corporações, pois a troca de informação e o barateamento dos meios de produção é proporcionalmente contrário aos interesses de grandes empresas.

Irohin: Onde você se inspira para as suas produções?

Jeferson De: Tem duas vias, a primeira delas são

coisas que presenciei, vivi e que pela via da imaginação eu acabo escrevendo nos roteiros. Por outro lado, a música brasileira me inspira muito e a literatura também.

Irohin: Que diálogo você acha que pode acontecer entre a literatura afro-brasileira e o cinema, para uma divulgação mais ampla?

Jeferson De: No meu caso tem sido uma parceria de bastantes frutos, em todos os filmes há citações de obras literárias. No caso do "Carolina", a biografia de Carolina Maria de Jesus, foi como ponto de partida do filme.

Nós diretores temos que nos aliar a estes artistas da palavra escrita, nos livros contamos com um universo que já está à disposição para

nosso roteiro. Além disso, as parcerias entre escritores e produtores podem render bons filmes em curto prazo. Mas é importante

ressaltar as diferenças básicas entre o cinema e a literatura e entender sua proximidade também.

Só para ilustrar, no ano passado filmei uma pequena história com o Ferréz e, para surpresa geral, o minúsculo curta foi exibido na Rede Globo, em pleno domingo no Fantástico.

Vale lembrar o trabalho do escritor Paulo Lins que tem sido um exemplo de escritor-roteirista bem sucedido.

Irohin: Leis de incentivo e os cineastas negros, já está sendo possível acontecer um casamento perfeito?

Jeferson De: Só tem sido possível produzir filmes (curtas ou longas) via lei de

incentivo. Mesmo quando se tem parte dos recursos, é importante um complemento incentivado. Neste sentido, nós somos absolutamente iguais a qualquer outro cineasta, da Tizuka Yamazaki ao Fernando Meirelles.

O que pode fazer a diferença neste governo é a vontade de setores do governo (que é quem patrocina os filmes) de fazer valer a palavra diversidade entre os produtores de audiovisual. Diversidade não acontece por vontade divina, ações diretas são necessárias, principalmente de quem paga a conta.

Irohin: Sobre a possibilidade de cotas nas publicidades da TV, para filmes nacionais, isto facilitará a vida dos cineastas negros?

Jeferson De: Se for cotas apenas para os atores e atrizes negros não fará a menor diferença para nós diretores. Tomando as proporções, seria como perguntar para o Spike Lee se o fato de Denzel Washington ganhar o Oscar mudou as ofertas de trabalho para ele. O que necessitamos é de um programa de fomento aos produtores afro-descendentes.

Irohin: Na esfera federal temos duas instituições a serviço dos afro-brasileiros, SEPIR e Fundação Palmares, o que pode ser feito por estes organismos para ampliar o trabalho dos cineastas negros no Brasil?

Jeferson De: Os senhores e senhoras que dirigem estas instituições devem estar absolutamente atentos para o fato de que o audiovisual é peça fundamental na auto-estima da juventude negra. Ou seja, se uma criança ou jovem não se vê no seu espelho cultural, que é o audiovisual, nada mudará nos próximos anos.

** Fernanda Felisberto é doutoranda em Antropologia na PUC-SP e Coordenadora do selo editorial Afirma Publicações.*



AXÉVIER¹

Jônatas Conceição*

Era dezesete de março de dois mil e quatro. Quando o oriki de Cuti chegou em forma de crônica da morte anunciada do compositor e escritor Arnaldo Xavier, em São Paulo, eu não fiquei alegre nem triste. Fiquei retado da vida. Nascido em Campina Grande, Paraíba, em 1948, Arnaldo não poderia ter morrido em janeiro de 2004, com apenas 55 anos de idade. Porra! Se meu pai que saiu da Saubara, região do Recôncavo baiano, passou por armazéns de *Secos e Molhados* de Salvador, foi migrante em São Paulo, depois voltou a Salvador, trabalhou sobre trilhos do bonde, durou até 62 anos, isso em 1960, como é que um negro como Arnaldo, também migrante, em pleno século vinte e um, nos deixa órfão tão cedo assim!

São histórias diferentes das migrações nordestinas para Sampa, diriam os sociólogos em regime de prontidão para os diversos estudos de caso. Mas, não foi o acaso que nos tirou Arnaldo Xavier.

Ele nunca ter aceitado a condição de subsenhor, nas "azedas paisagens de sombrios pomares / azula-dos", nos "campos minados de flores prateadas"² seria uma das explicações para a sua morte prematura. Você assumir a condição de não subsenhor no país racista Brasil exigem duas atitudes radicais:

1. Estar sempre brigando contra os racistas e com os seus parceiros de luta contra o racismo;

2. Estar sempre não cedendo nada aos racistas e sempre contemporizando com os seus parceiros. Qual o legado que Arnaldo Xavier nos deixou sobre estas duas atitudes?

As lembranças de Arnaldo são as mais de ternura possível. Até quando ele quis esculhambar com Roberto Carlos para mim, foi complacente e suave. A sua generosidade com os textos do coletivo de escritores negros era exemplar, sem se omitir da crítica feroz e profunda, face a sua radicalidade com a palavra, com o verso. Assunte como ele escrevia:

"Meu Amor essa calça antigamente Branca e essa camisa já Xadrez! - ! que estão em cima da cama(Estão Cheias de Furos)! São Balas (Sujas de Sangue -?DARIA PARA VOCÊ REMEN-DÁ-LAS DE VIDA ,até a próxima."³

Foi este o poeta que nós perdemos há um ano, que soube com maestria produzir

uma poética numa linguagem radical mas sem querer "camuflar a Dor" do nosso povo.

Arnaldo Xavier faltou apenas ser complacente consigo próprio. Isso o faria viver mais e melhor? Poderia um espírito tão inquieto e criativo como o dele conseguir este equilíbrio? A sua morte atesta que ele não conseguiu isso?

Deixo as interrogações para que você peregrine pela literatura de Arnaldo Xavier que entre as muitas contribuições que deu ao movimento social negro, destaco ter organizado junto com os escritores Cuti e Miriam Alves, o Primeiro Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros no longínquo 1985. Em seu texto-tese para este Encontro, *Dha lamba à qvizila - a busca dhe hvma expressão literária negra*,⁴ ele assinala a ação exterminadora do mundo branco sobre os descendentes de Negros Africanos no Brasil desta forma:

"... toda a aparelhagem produtora, valores político-culturais em toda história da sociedade brasileira têm sido acionados no sentido de forjar essa *idealização do branco*. Daí porque a *idéia* de uma Literatura Negra no Brasil implica na *desidealização* da própria sociedade brasileira, assim como está predisposta quanto a forma & conteúdo".

Arnaldo Xavier desde quando se conheceu artista da palavra lutou para a afirmação da Literatura Negra no país. As suas idéias continuam vingando, florescendo a espera do seu conhecimento e da sua cumplicidade.

Axévier!

*Jônatas Conceição é professor, escritor e diretor do Bloco Afro Ilê Aiyê. Publicou *Vozes Quilombolas - Uma Poética Brasileira* (EDUFBA/Ilê Aiyê), Salvador, 2004.

NOTAS:

1. O neologismo "Axévier" é de Cuti. Está no seu *Oriki para Arnaldo Xavier*, inédito.

2. Os versos estão na página 72 do livro LUDLUD de Arnaldo Xavier, publicado pela Casa Pyndahyba, São Paulo, 1997.

3. Os versos pertencem à última estrofe do poema *A Bordar o mundo de negro*, in: *Axé - Antologia Contemporânea da Poesia Negra Brasileira*. Organização Paulo Colina. Global, São Paulo, 1982.

4. O texto completo se encontra em: *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*. São Paulo, 1987.

Cineastas mobilizam-se com Mostra

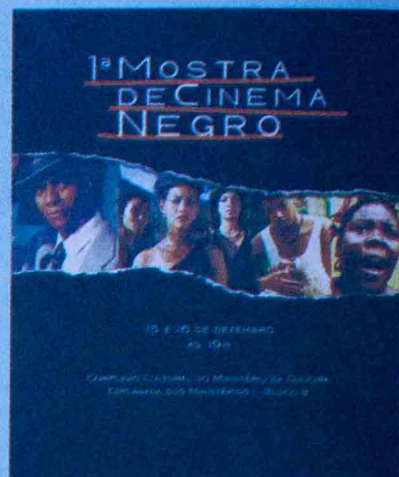
Realizada no auditório do Ministério da Cultura, nos dias 15 e 16 de dezembro, a 1ª Mostra de Cinema Negro foi mais que uma exibição de filmes em fim de ano. O evento marcou a presença, em Brasília, de um conjunto significativo de cineastas afro-descendentes, que se

mobilizaram, dentre outros objetivos, para introduzir, na proposta orçamentária de 2005, uma emenda favorável ao desenvolvimento do cinema negro brasileiro.

Durante dois dias, 12 filmes de curta metragem foram exibidos. No primeiro, *Ator Profissão Amor*, de Maria de Alves; *Nossas Senhoras Meninas*, de Jorge Coutinho; *Choro e Ladainha*, de Antônio Pompeo; *Gurufim na Mangueira*, de Dandara; e *O Rito de Ismael Ivo*, de Ari Cândido. No segundo, foi a vez de *A Mãe e o Filho da Mãe*, de Luiz Antônio Pilar; *Quilombo Independência*, de Ademir Ferreira; *O Cheiro da Feijoada*, de Iléia Ferraz; *Cidade Chapa Quente*, de Ricardo Brasil; *Velhos, Viúvos e Malvados*, de Rogério de Moura; *Vista a Minha Pele*, de Joel Zito Araújo; e *Carolina*, de Jeferson De.

Uma platéia atenta encheu o auditório e participou dos debates que se seguiram, os quais contaram com a presença de atores ou de diretores dos filmes exibidos. "Em todos os filmes de sucesso recentes, como *Carandiru*, *Cidade de Deus*, *O Homem que Copiava*, aparece um jovem negro armado", observou Jeferson De. "Essa é a representação do jovem negro urbano presente nos filmes de diretores brancos financiados com dinheiro público," apontou.

As dificuldades que diretores e atores negros enfrentam para fazer cinema, são da mesma natureza que os negros encontram para fazer outras coisas em geral. "Fiz mais curtas fora do Brasil do que aqui", disse Ademir Ferreira, cujo *Quilombo da Independência* focaliza os remanescentes de uma comunidade quilombola na região de Paraty, no Rio de Janeiro. No dia 15, pela manhã, Antônio Pompeo, Maria Ceiga, Ademir Ferreira, Rogério Moura, Luis Antonio Pilar, dentre outros, encontraram-se com o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Ubiratan Castro de Araújo, a quem apresentaram suas demandas e com quem conversaram sobre a necessidade de atuação da instituição em favor do desenvolvimento do cinema negro brasileiro.



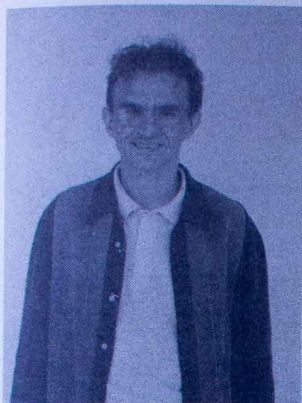


Foto: Carlos Moura

Coletânea brasileira aborda **Etnomatemática**

Lunde Braghini*

A Matemática não existe. Segundo estudiosos, o que existe são "etnomatemáticas". Erigida politicamente em símbolo "universal" da racionalidade humana, a Matemática da "tribo europeia" é apenas outra etnomatemática a mais.

A palavra "etnomatemática" é um termo de criação recente, cuja composição não é difícil de visualizar. Por analogia, "etnomatemática" estaria para "matemática", assim como, por exemplo, "etnolingüística" estaria para "lingüística". Antes de definir o campo de estudos científicos ao qual a palavra "etnomatemática" se refere, vale dizer que a mesma foi criada nos anos 70 por um matemático brasileiro, Ubiratan D'Ambrósio, que trabalhava nos EUA no contexto da implementação de políticas afirmativas para a população negra.

Hoje a palavra tem reconhecimento no meio científico internacional, onde crescentemente tem servido para definir todo um vasto campo de indagações sobre o significado social e histórico da matemática, abrangendo muito daquilo que se começou a explorar sob a rubrica de "sociologia da matemática". Etnomatemático seria, por exemplo, Paulus Gerdes, cuja obra *Sobre o despertar do pensamento geométrico* (publicada no Brasil em 1992, pela Editora da UFPR) é uma contribuição notável sobre a experiência matemática africana.

Coletânea organizada por Gelsa Knijnik, Fernanda Wanderer e Cláudio José de Oliveira, *Etnomatemática: Currículo e Formação de Professores* não é a primeira obra sobre o assunto publicada no Brasil. Mas, salvo ignorância, com seus 22 artigos e uma entrevista, é a mais plural. Além de ajudar o leitor a conhecer alguns dos autores-chave da bibliografia internacional e nacional, o livro favorece a identificação de quem são os pesquisadores brasileiros, em que nichos institucionais estão lotados (e podem eventualmente ser localizados) e quais são as linhas de pesquisa existentes.

Curriculo e Formação de Professores não é a primeira obra sobre o assunto publicada no Brasil. Mas, salvo ignorância, com seus 22 artigos e uma entrevista, é a mais plural. Além de ajudar o leitor a conhecer alguns dos autores-chave da bibliografia internacional e nacional, o livro favorece a identificação de quem são os pesquisadores brasileiros, em que nichos institucionais estão lotados (e podem eventualmente ser localizados) e quais são as linhas de pesquisa existentes.

Mas por que ler sobre etnomatemática? Em primeiro lugar, porque ela torna "conversável" a experiência social com a matemática. Isso não é pouca coisa. Conversar é uma forma de apropriação social, com profundas implicações. A leitura sobre o significado social da matemática parece nos convencer de que a matemática é um assunto importante (e agradável...) demais pra ser deixado exclusivamente nas mãos dos matemáticos.

Em segundo lugar, e mais decisivamente, porque a etnomatemática propõe que esta conversa seja crítica e emancipatória, uma vez centrada no combate aos preconceitos eurocêtricos que conformaram a visão dominante sobre a matemática.

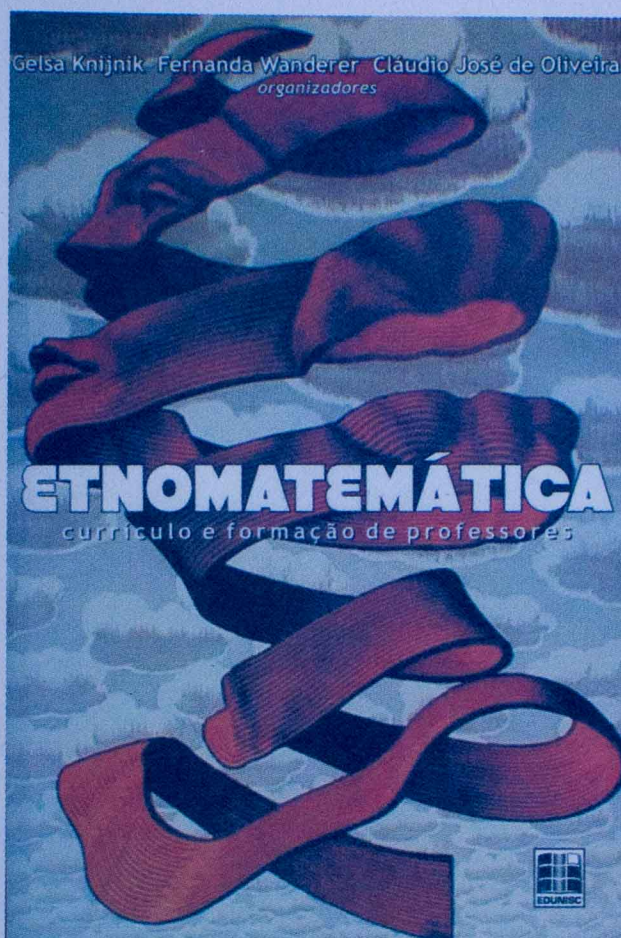
Em segundo lugar, e mais decisivamente, porque a etnomatemática propõe que esta conversa seja crítica e emancipatória, uma vez centrada no combate aos preconceitos eurocêtricos que conformaram a visão dominante sobre a matemática.

pel da etnomatemática na "formação dos professores", no âmbito da Educação Urbana, da Educação Rural e da Educação Indígena, a maior parte dos trabalhos dos etnomatemáticos brasileiros procura interlocução com os índios kayabi, tenharim, ticuna; com professores e alunos de escolas da periferia; com trabalhadores manuais da construção civil e da indústria de

calçados; e com assentados rurais (ligados ao MST, quase sempre). No entanto, tirante um artigo, de autoria de Vera Halmenschlager, a experiência social da população negra brasileira, motor principal da luta contemporânea contra as estruturas eurocêtricas no Brasil, passa ao largo do livro.

Com isso, e não porque prata da casa não vale ouro, a parte agradável e instigante do livro acaba se concentrando mesmo em artigos estrangeiros, na seção que se propõe a apresentar o "solo teórico" que os etnomatemáticos pisam. Como o artigo de Valerie Walkerdine sobre o "sujeito" da cognição; a entrevista (datada de 1998) com Dirk Jan Struick, notável sociólogo da matemática, morto em 2000, aos 106 anos de idade; e o indispensável ensaio "As matemáticas da tribo europeia", de Emmánuel Lizcano Fernández.

Concentrada na discussão do papel da etnomatemática na "formação dos professores", no âmbito da Educação Urbana, da Educação Rural e da Educação Indígena, a maior parte dos trabalhos dos etnomatemáticos brasileiros procura interlocução com os índios kayabi, tenharim, ticuna; com professores e alunos de escolas da periferia; com trabalhadores manuais da construção civil e da indústria de



*Jornalista (DF)

Ficha técnica:

Etnomatemática: Currículo e Formação de Professores. Gelsa Knijnik, Fernanda Wanderer e Cláudio José de Oliveira (orgs.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. Preço: R\$47,00.

TRON - dezembro/janeiro 2004-2005

ATITUDE
X
72

*Composição de Lia Maria Santos,
estudante de artes plásticas/UnB
e presidente do EnigreSer e
fotos de Cristiane Pereira,
historiadora/EnigreSer.*



ATITUDE & ARTE

